



**PIC LEADER +**  
**RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO**  
**2006**



## Índice geral

Introdução.....	5
1 Alteração das condições gerais.....	5
1.1 Evolução socio-económica.....	5
1.2 Alteração das políticas nacionais e sectoriais.....	7
1.3 Coerência entre intervenções dos Fundos e outros instrumentos financeiros ..	7
1.4 Novas intervenções em prol do emprego e desenvolvimento dos recursos humanos.....	7
1.5 Problemas no financiamento nacional (público ou privado).....	7
2 Estado de adiantamento dos diferentes eixos prioritários e das medidas.....	8
2.1 Indicadores por eixo e medida.....	8
2.1.1 Objectivos específicos.....	8
2.1.2 Realização física.....	10
2.1.3 De resultado.....	10
2.1.4 De impacto.....	12
2.2 Condições e dificuldades na execução e medidas de resolução.....	20
2.3 Contribuição qualitativa, quantitativa e financeira para as 3 prioridades transversais: desenvolvimento local, igualdade homens-mulheres e emprego na sociedade de informação.....	23
2.4 Projectos de natureza ambiental e projectos em zona de Rede Natura.....	27
3 Execução financeira.....	31
3.1 Recapitulativo das despesas e pagamento.....	31
3.1.1 Acumulado.....	31
3.1.2 Ano de 2006.....	31
3.2 Execução financeira prevista e real.....	32
3.2.1 Vector 1.....	32
3.2.2 Vector 2.....	46
3.2.3 Vector 3.....	56
3.2.4 Vector 4.....	66
3.3 Execução financeira por DI.....	67
3.4 Execução financeira em LVT.....	69
3.5 Necessidades financeiras face ao executado e ao programado.....	73
4 Disposições tomadas pela autoridade de gestão e pelo Comité de Acompanhamento para assegurar a qualidade e a eficácia da execução.....	74
4.1 Acções de acompanhamento e de avaliação.....	74
4.2 Acções de controlo financeiro.....	75
4.2.1 Acções de certificação de despesas.....	79
4.3 Utilização da assistência técnica.....	81
4.4 Medidas tomadas para assegurar a publicidade da intervenção.....	82
4.5 Comité de Direcção Leader +.....	83
5 Medidas tomadas para assegurar a compatibilidade com as políticas comunitárias e a coordenação de conjunto.....	83
Anexo 1 – Transferências Financeiras CCE/Portugal.....	84
Anexo 2 – Quadros de execução financeira nacional.....	85
Anexo 2.1 – Quadros acumulados de execução financeira – vector 1.....	85



Anexo 2.2 – Quadros acumulados de execução financeira – vector 2 .....	86
Anexo 2.3 – Quadros anuais de execução financeira – vector 1 .....	87
Anexo 2.4 – Quadros anuais de execução financeira – vector 2 .....	88
Anexo 3 – Indicadores comuns de acompanhamento .....	89

## Índice de Gráficos

Gráfico 1: Investimento por Tema Federador – Montante por Sub-medida .....	9
Gráfico 2: Nº de projectos e investimento por Tema Federador – Distribuição percentual por Sub Medida .....	9
Gráfico 3: Empregos novos e preservados por classe etária e género.....	13
Gráfico 4: Empregos novos por classe etária e género.....	14
Gráfico 5: Emprego novos e preservados por Sub-medidas.....	15
Gráfico 6: Postos de trabalho criados – tipologia.....	15
Gráfico 7: Postos de trabalho criados – Nível de escolaridade .....	16
Gráfico 8: Emprego criado-distribuição do nível de escolaridade por sub-medida (%)	17
Gráfico 9: Emprego Criado: Situação face ao emprego .....	17
Gráfico 10: Emprego criado por região-Tipologia .....	18
Gráfico 11: Emprego criado por região-Nível de escolaridade (%) .....	19
Gráfico 12: Emprego criado por região: situação face ao emprego .....	20
Gráfico 13: Igualdade de oportunidades-Projectos promovidos por homens e mulheres (%) .....	24
Gráfico 14: Igualdade de oportunidades-postos de trabalho criados por género (%) ....	24
Gráfico 15: Formandos- género e classe etária .....	26
Gráfico 16: Formandos-situação face ao emprego .....	26
Gráfico 17: Rede Natura - Número de projectos aprovados por sub-medida .....	28
Gráfico 18: Rede Natura - Investimento aprovado por Sub-medida.....	28
Gráfico 19: Rede Natura - Investimento aprovado por Regiões Agrárias.....	29
Gráfico 20: Rede Natura - Investimento aprovado por sub-medida e por Regiões Agrárias .....	30
Gráfico 21 : Investimento aprovado e aplicado por fontes de financiamento em 2002, 2003,2004, 2005 e 2006(€).....	33
Gráfico 22: Taxa de crescimento da aprovação e execução financeira por fontes de financiamento .....	34
Gráfico 23: Vector 1 - Execução financeira Programado-aprovado-aplicado fontes de financiamento .....	35
Gráfico 24: Vector 1 - Projectos aprovados –Nº por região.....	35
Gráfico 25: Vector 1 - Projectos aprovados por tipo de promotor–Nº e Investimento Total por região .....	36
Gráfico 26: Vector 1 -Taxa de aprovação e taxa de execução por região.....	36
Gráfico 27: Vector 1-Taxa de realização por regiões.....	37
Gráfico 28: Vector 1 -Investimento Aprovado – montante por regiões .....	38
Gráfico 29: Vector 1-Investimento não comunitário aprovado/Investimento total aprovado em % por regiões .....	39
Gráfico 30: Vector 1 Projectos aprovados por sub-medida.....	40
Gráfico 31: Vector 1 – Investimento aprovado e aplicado por medida e sub-medida ...	40
Gráfico 32: Vector 1 – Taxa de Aprovação, Execução e Realização por Medida e Sub-medida .....	41
Gráfico 33: Vector 1 – Projectos aprovados por tipo de promotor (%) .....	42



Gráfico 34: Vector 1 Investimento aprovado por tipo de promotor .....	42
Gráfico 35: Vector 1 – Candidaturas encerradas - Investimento por medida e sub-medida (%) .....	44
Gráfico 36: Vector 1 – Candidaturas encerradas por tipo de promotor – Investimento Aplicado (%) .....	45
Gráfico 37: Vector 1 Projectos encerrados.....	45
Gráfico 38: LVT – Projectos aprovados por medida e sub-medida - nºprojecto(%).....	46
Gráfico 39: Investimento aprovado por medida e sub-medida – (%).....	47
Gráfico 40: Taxa de aprovação, execução e realização por medida e sub-medida – (%) .....	47
Gráfico 41:Execução financeira Programado-aprovado-aplicado fontes de financiamento .....	51
Gráfico 42 : Projectos aprovados – nº por Região Agrária .....	52
Gráfico 43 : Projectos aprovados – investimento por Região Agrária.....	52
Gráfico 44: Taxa de aprovação, execução e realização (%).....	53
Gráfico 45 : Projectos aprovados por domínio de intervenção – nº de projectos.....	54
Gráfico 46 : Projectos aprovados por domínio de intervenção – investimento aprovado .....	54
Gráfico 47 : Projectos aprovados por domínio de intervenção – investimento (€).....	68
Gráfico 48: Domínio de intervenção – nº de projectos por género e classe etária.....	68
Gráfico 49: Domínio de intervenção – nº de projectos por tipo de promotor .....	69
Gráfico 50: LVT -Investimento aprovado por tipo de promotor (%).....	70
Gráfico 51: LVT -Investimento aprovado por medida e sub-medida (%) .....	71
Gráfico 52: LVT – Taxa de Aprovação, Execução e Realização por medidas e sub-medidas.....	71

## **INTRODUÇÃO**

O presente relatório foi elaborado de acordo com o estipulado no Artigo 37º do Regulamento (CE) Nª 1260/1999 de 21 de Junho.

A metodologia seguida privilegiou três abordagens, uma a nível nacional, e outras duas a nível regional, nomeadamente, a nível de cada região agrária e da região de Lisboa e Vale do Tejo.

Foi igualmente efectuada uma análise ao nível do emprego, cruzando dados por domínio de intervenção e tipo de promotor, por género (masculino e feminino), classe etária, situação no emprego e nível de escolaridade.

Relativamente aos projecto relacionados com questões de natureza ambiental, efectuou-se a triagem por domínios de intervenção, e adicionalmente procedeu-se ao cruzamento ao nível da freguesia com os projectos desenvolvidos em zonas abrangidas pela Rede Natura .

Todos os dados trabalhados em texto constam dos quadros apresentados em anexo.

No caso do Vector 3, por ser um vector da responsabilidade do EAT ao gestor, fez-se uma descrição detalhada das actividade no ponto 3.2.3.

## **1 ALTERAÇÃO DAS CONDIÇÕES GERAIS**

### **1.1 Evolução socio-económica**

À semelhança do ano anterior, 2006 foi caracterizado um reduzido crescimento económico ao que se associou uma política nacional de grande rigor orçamental. Esta realidade económica implicou a continuação do aumento do desemprego, cuja opinião generalizada dos economistas associa a um ajustamento natural do mercado de trabalho face às transformações económicas que estão a ocorrer no tecido empresarial português. Embora esta realidade não difira muito da de 2005, foi em 2006 que os efeitos ao nível do investimento no programa Leader+ se fizeram sentir de forma mais evidente. Aliás, no relatório de 2005 já tinha sido vaticinado que a continuar o ambiente de rigor

orçamental e reduzido crescimento económico resultaria numa desaceleração da execução financeira do programa.

As limitadas disponibilidades orçamentais da componente da administração central, PIDDAC, foram, porventura, determinantes para o decréscimo da performance financeira do programa. Acrescido ao facto do orçamento nacional PIDDAC ser reduzido, uma medida excepcional de controlo da despesa pública foi tomada no último trimestre de 2006, através do condicionamento da assunção de novos compromissos financeiros à autorização conjunta dos ministros da agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas e das finanças. Esta medida, cuja eficácia não se discute, veio tornar menos “elástica” a gestão do programa, fazendo com que alguns actos normais de gestão ficassem comprometidos e outros se tornassem mais demorados entre a sua decisão e aplicação. Especial impacto foi sentido nos vectores geridos directamente pelo gestor, nomeadamente o vector 3 e 4.

Outro elemento importante a ter em conta no comportamento da execução do programa teve que ver com a alteração na direcção do ex IDRHa (Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica), cujo presidente, por inerência de funções, é o Gestor do Leader+. Alterações desta natureza implicam a necessidade de adaptação do novo responsável ao cargo, o que envolve sempre a necessidade de um período de ajustamento.

Um outro factor teve muita importância no comportamento do programa, ainda que não directamente associado ao ambiente sócio-económico. A implementação de um processo autónomo de certificação de despesa implicou um aumento significativo dos prazos de pagamento da componente FEOGA, sendo um elemento muito importante na desaceleração da execução financeira do programa. Este atraso teve particular importância no primeiro pedido de pagamento de 2006.

Significa pois que o ambiente económico pouco favorável registado em 2006, determinado principalmente pelas decisões de política orçamental nacional, o défice PIDDAC e o processo de certificação de despesas, foram determinante para o comportamento do programa. Este ambiente pouco favorável teve reflexos mais evidentes nos promotores de menor capacidade financeira e nos projectos de alguns GAL, em especial o vector 2. Caso não haja um significativo reforço orçamental da componente PIDDAC, associado a um melhor ambiente económico nacional, que vem, contudo, apresentando alguns indicadores de recuperação, o cumprimento da regra n+2 em 2007 poderá estar seriamente comprometida.

## 1.2 Alteração das políticas nacionais e sectoriais

O aspecto mais importante a salientar em termos políticos foi a já referida política de rigor orçamental, cujos reflexos se explicaram no ponto anterior. Em relação aos restantes sectores da actividade económica não foram sentidas alterações significativas ao nível das políticas com impacto no Programa Leader+.

## 1.3 Coerência entre intervenções dos Fundos e outros instrumentos financeiros

Não foram registadas alterações ao nível da coerência entre intervenções de fundos e de outros instrumentos de política financeira.

## 1.4 Novas intervenções em prol do emprego e desenvolvimento dos recursos humanos

Não foram registadas alterações ao nível da coerência entre intervenções em prol do emprego e desenvolvimento dos recursos humanos.

## 1.5 Problemas no financiamento nacional (público ou privado)

O valor de PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) inscrito para 2006 foi inferior às necessidades de execução do Programa, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Vector	Necessidades (pedidos de Pagamento)	Disponibilidades	Diferença
Vector 1	4.522.784	1.971.436	2.551.348
Vector 2	907.749	420.131	487.617
Vector 3	218.652	218.652	0
Vector 4	311.181	311.181	0

O diferencial entre as necessidades do PIC Leader+ e as disponibilidades de PIDDAC foram de 3.038.965€ Este diferencial teve repercussões no pagamento dos segundo e terceiro pedido de pagamento de 2006, os quais só serão pagos no decurso de 2007. Significa pois um défice de 50%.

Na tabela apresentada, as necessidades dos vectores 3 e 4 aparecem como totalmente supridas. Contudo tal não significa que os orçamentos tenham sido suficientes. O facto

deste vectores serem geridos por um organismo da administração central, ex IDRHa actual Direcção de Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural , DGADR, onde reside o Gestor, implica que não possam ser assumidos compromissos sem cabimento prévio. Este facto resulta na impossibilidade de assunção de compromissos fora do quadro orçamental. Muitas actividades da Rede e bem assim associadas à assistência técnica foram anuladas por falta de disponibilidade orçamental em sede de PIDDAC.

## **2 ESTADO DE ADIANTAMENTO DOS DIFERENTES EIXOS PRIORITÁRIOS E DAS MEDIDAS**

### **2.1 Indicadores por eixo e medida**

#### **2.1.1 Objectivos específicos**

Os objectivos específicos definidos no Programa Nacional estão associados aos temas federadores enquanto orientação estratégica na implementação de cada Plano de Desenvolvimento Local.

Face ao exposto apresenta-se uma abordagem por tema federador, com indicação do número de GAL, do nº de projectos e respectivo investimento aprovado.

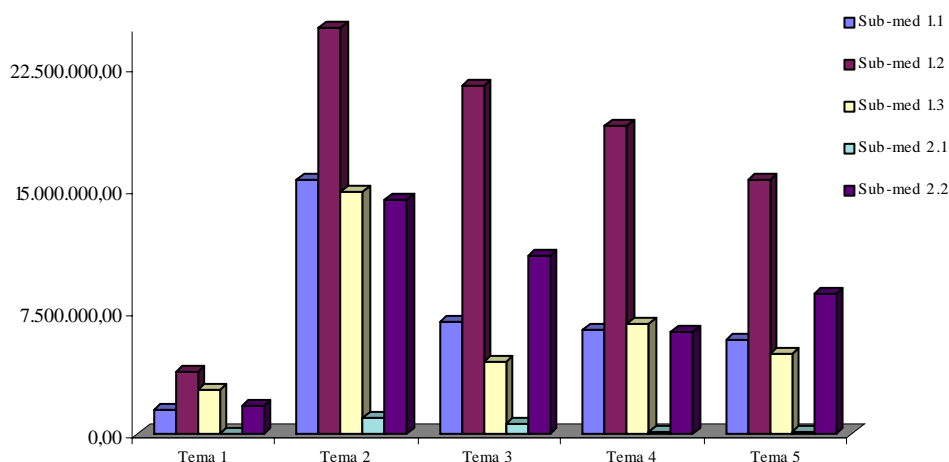
*O Tema 1 – Utilização de novos repositórios de saber fazer e de novas tecnologias* enquadra a intervenção dos GAL *ADRAT e LEADER OESTE* e aglutina 248 projectos num total de investimento aprovado de 11.392.528€

*O Tema 2 – Melhoria da qualidade de vida das zonas rurais* serve de base à estratégia dos GAL *ADERSOUSA, ADRIMINHO, SOL DO AVE, DESTIQUE, DOURO HISTÓRICO, AD ELO, ADAE, ADD, ADIBER, ADICES, DUECEIRA, PINHAL MAIOR, RAIÁ HISTÓRICA, ADIRN, INLOCO, ADELIAÇOR, ARDE, ASDEPR E GRATER* e apresenta 2.206 projectos com um investimento total aprovado de 93.375.351€

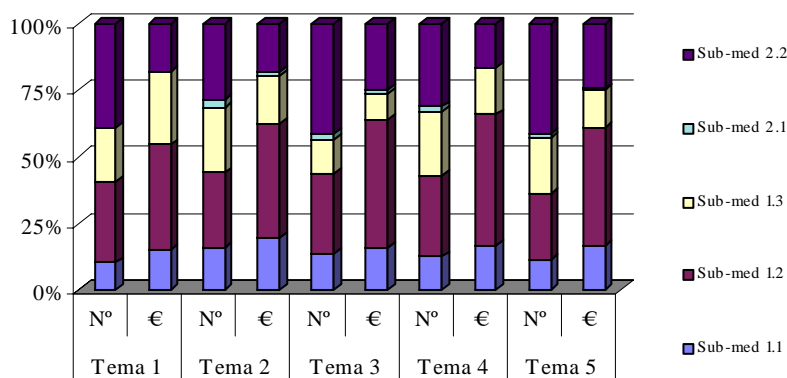
*O Tema 3 – Valorização dos produtos locais* define o PDL dos GAL *DOLMEN, CORANE, TERRAS DE SICÓ, ADRACES, ADRUSE, ADREPES, APRODER, ADER AL, LEADERSOR, MONTE-ACE E TERRAS DENTRO* e totaliza 1.251 projectos e um investimento total aprovado de 52.534.402€

O **Tema 4 – Valorização dos recursos naturais e culturais** foi seleccionado pelos GAL **ADRIL, ADRIMAG, ATAHCA, PROBASTO, BEIRA DOURO, DOURO SUPERIOR, PRO RAI, CHARNECA RIBATEJANA, VICENTINA E ADRAMA** e enquadra 985 projectos correspondentes a 45.372.175€ de investimento total aprovado.

Por último, o **Tema 5 – Promoção e reforço das componentes organizativas e das competências rurais** enquadra a intervenção dos GAL **ADDLAP, ADERES, RUDE, TAGUS, ADL, ALENTEJO XXI, ESDIME, ROTA DO GUADIANA, TERRAS DO BAIXO GUADIANA E ACAPORAMA** e apresenta 1.289 projectos com um investimento total aprovado de 41.846.389€



**Gráfico 1: Investimento por Tema Federador – Montante por Sub-medida**



**Gráfico 2: Nº de projectos e investimento por Tema Federador – Distribuição percentual por Sub Medida**

A distribuição percentual, quer do nº de projectos quer do investimento aprovado, é muito idêntica entre temas, sendo a sub-medida 1.2 dominante a nível investimento total e a sub-medida 2.2 a nível do nº de projectos aprovados.

Quanto ao peso relativo atribuído a cada sub-medida verificamos um máximo de 39% de projectos aprovados na sub-medida 2.2 nos temas 3 e 5 e 42% do investimento aprovado na sub-medida 1.2 no tema 4.

É de salientar que em relação à sub-medida 2.1, o maior peso relativo entre as sub-medidas é observado no tema 3 concentrando cerca de 1/3 do investimento aprovado nesta sub-medida.

### **2.1.2 Realização física**

A não utilização por parte de todos os GAL do módulo estatístico disponível no WinLeader+ não permite a obtenção de dados nacionais fiáveis relativos aos indicadores de realização física dos projectos do Vector 1 do PIC LEADER+.

### **2.1.3 De resultado**

No Programa Nacional não foi prevista, ao nível do sistema de indicadores, a identificação de metas quantificadas de âmbito nacional. Para além dos indicadores financeiros que permitem emitir uma avaliação rigorosa sobre a execução financeira (matéria de análise detalhada no capítulo 3.2), efectuou-se o cruzamento da informação relativa à criação de postos de trabalho por domínio de intervenção e tipo de promotor com incidência em 752 projectos e correspondentes 1637 postos de trabalho criados.

No que concerne a tipologia do promotor, os resultados obtidos indicam uma concentração de 30% nas empresas numa correspondência média de 2,5 postos de trabalho criados por projecto. De referir ainda que os empresários em nome individual concentram 24% dos postos de trabalho criados e o terceiro grupo mais relevante é o das associações e fundações privadas com uma média de 2,4 postos de trabalho criados por projecto.

A parceria LEADER+ que integra várias entidades públicas e privadas das zonas de intervenção representa 25% do emprego criado e uma média de 2,4 postos de trabalho por projecto, salientando-se ainda que a Entidade Gestora integra cerca de 30% destes postos de trabalho.

Apesar da distribuição dos postos de trabalho criados por domínios de intervenção revelar alguma dispersão, o domínio 161 – Ajudas às PME e artesanato – investimentos corpóreos concentra 29% do emprego criado com uma média de 2,2 postos de trabalho por projecto. Destaca-se ainda o domínio 171 – Turismo – Investimentos corpóreos com 13% dos postos de trabalho criados e o 1305 – Serviços de base para a economia rural e população com 9% do emprego criado.

Numa abordagem aos resultados obtidos no âmbito dos apoios ao sector agrícola procedeu-se à análise dos projectos classificados nos 14 Domínios de Intervenção (111, 113, 114, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 1301, 1302, 1304).

Encontramos neste conjunto 591 projectos que totalizam um investimento de 25.872.542 constituindo 10% do universo dos projectos aprovados. Os domínios mais representativos, quer em número quer em investimento, são os relativos ao Melhoramento da transformação e comercialização de produtos agrícolas (114) e Comercialização de produtos agrícolas de qualidade (1304). Em relação ao enquadramento dos projectos no PDL verifica-se que se caracterizam como investimentos da Medida 1 agregando 86% do investimento realizado.

A distribuição dos projectos por tipologia de promotor demonstra uma bipolarização no Sector privado (Privados colectivos) e no GAL ( Parceria LEADER+) agregando 34% dos projectos agrícolas. Os Privados Individuais promovem 23% dos projectos deste sector.

A criação de emprego nos Domínios de Intervenção anteriormente identificados com o sector agrícola representa 13% dos postos de trabalho criados gerados, maioritariamente enquadrados no domínio 114 Melhoramento da transformação e comercialização de produtos agrícolas.

A análise regional revela que as regiões do Ribatejo e Oeste, Trás-os-Montes e Alentejo reúnem mais de metade do investimento aprovado. Na criação de emprego o contributo dos projectos agrícolas é mais evidente (superior a 20%) no Entre Douro e Minho, Beira

Interior e Alentejo regiões que apresentam uma média superior à média nacional de 2,2 postos de trabalho por projecto agrícola.

#### **2.1.4 De impacto**

Os indicadores de impacto considerados para análise do estado de adiantamento do Vector 1 reportam-se aos postos de trabalho criados e preservados pelos projectos concluídos co-financiados pelo PIC LEADER+ , caracterizados pela idade e género de acordo com as seguintes classes etárias<sup>1</sup>:

- Idade inferior a 25 anos
- Idade entre 25 e 45 anos
- Idade superior a 45 anos

Em relação aos postos de trabalho criados, a sua caracterização incidiu ainda sobre situação na profissão, nível de escolaridade e situação face ao emprego de acordo com as seguintes categorias:

- Situação na profissão
  - Criação do próprio emprego
  - Trabalho por conta de outrem
  - Trabalhador familiar não remunerado
  - Outro

---

<sup>1</sup> Os dados qualitativos inseridos no Winleader para efeito estatístico respeitam as seguintes indicações:

a. Postos de trabalho criados

i. considera-se posto de trabalho criado quando existe um vínculo contratual com a entidade patronal e cumprimento das suas obrigações sociais e fiscais consequentes.

ii. considera-se desemprego de curta duração a situação de desemprego há menos de 12 meses; Considera-se desemprego longa duração a situação dos desempregados há mais de 12 meses; Consideram-se empregados aqueles que fazem parte da população activa; Considera-se empregos preservados aqueles mantidos graças ao projecto e que se teriam perdido com a sua ausência;

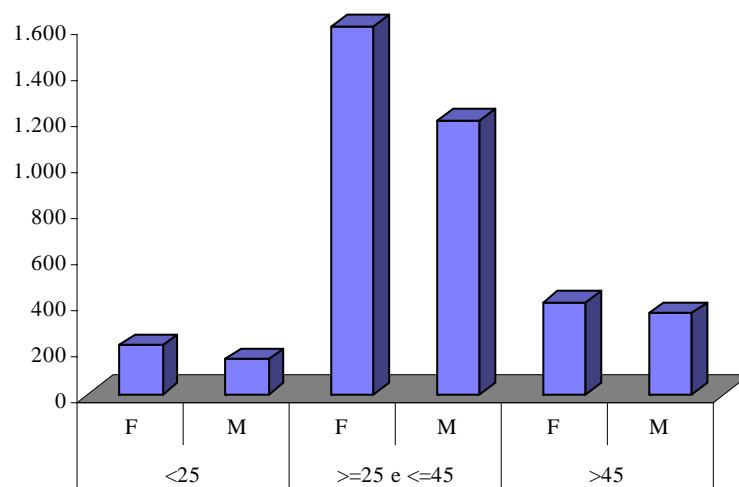
b. Postos de trabalho preservados

i. consideram-se empregos preservados aqueles mantidos graças ao projecto e que se teriam perdido com a sua ausência;

- Nível de escolaridade
  - Menos de seis anos de escolaridade
  - Entre seis e nove anos de escolaridade
  - Entre dez e doze anos de escolaridade
  - Ensino médio ou superior
- Situação face ao emprego
  - Desemprego de curta duração
  - Desemprego de longa duração
  - À procura do primeiro emprego
  - Empregados

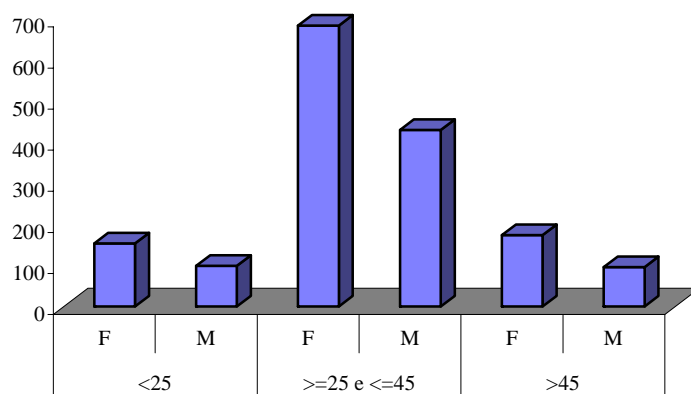
A aplicação desta tipologia permitiu apurar um total de 1637 postos de trabalho criados e 2277 postos de trabalho preservados pelo PIC LEADER+.

Da análise do Gráfico 3 podemos verificar que a grande maioria dos empregados (3914), em projectos co-financiados pelo LEADER+, pertencem à classe etária com Idade entre 25 e 45 anos e são maioritariamente Mulheres (1598).



**Gráfico 3: Empregos novos e preservados por classe etária e género**

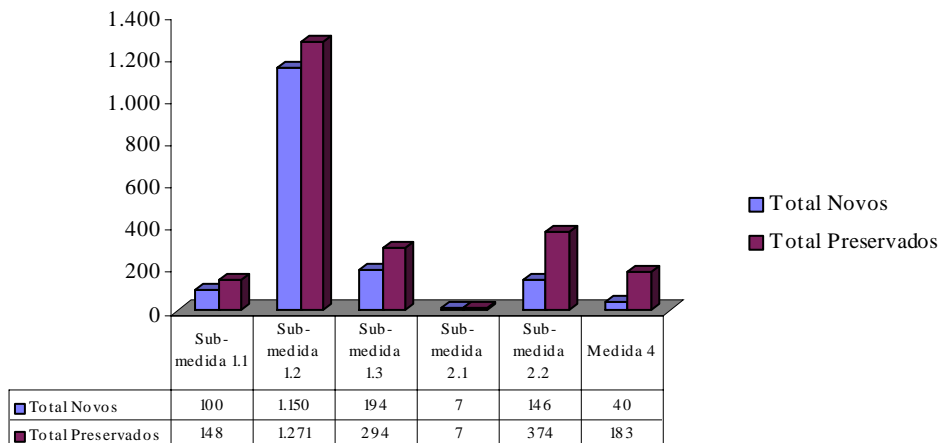
Analisando os empregos exclusivamente criados no âmbito da implementação dos projectos, observa-se uma distribuição idêntica à do gráfico anterior, ou seja o emprego jovem (253) e de classe etária superiores (270) é manifestamente inferior em termos relativos.



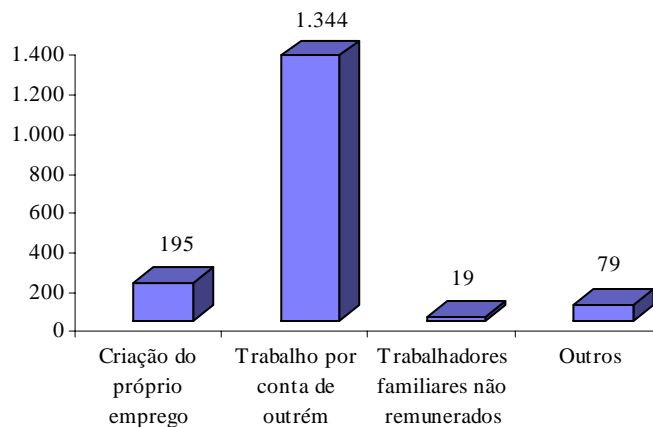
**Gráfico 4: Empregos novos por classe etária e género**

A análise da distribuição por Sub-medidas (Gráfico 5) revela que 82% do emprego criado resulta dos projectos das Sub-medida 1.2 - Apoio a actividades produtivas - com 1.150 postos de trabalho criados e da Sub-medida 1.3 cujos projectos criam 194 postos de trabalho.

A análise dos postos de trabalho da Medida 4, preservados e criados, através da informação disponibilizada pelos GAL, relativamente à constituição da ETL, reforça os resultados obtidos nos indicadores de impacto, uma vez que se observa a existência de 56% de mulheres com idades entre os 25-45 anos, a situação contratual caracteriza-se por 72% de contratos sem termo, a escolaridade por 66% com Curso Superior e nas competências profissionais 60% com mais de 7 anos de experiência LEADER.



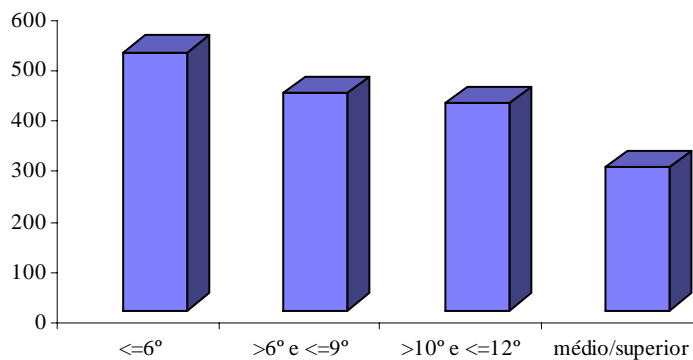
**Gráfico 5: Emprego novos e preservados por Sub-medidas**



**Gráfico 6: Postos de trabalho criados – tipologia**

Na situação na profissão, os postos de trabalho criados na categoria do trabalho por conta de outrem representam 82% e concentram 64% das mulheres empregadas. A criação do próprio emprego caracteriza 12% do total dos postos de trabalho apresentando maior expressão na classe etária com mais de 45 anos e associados a projectos da sub-medida 1.2. (Gráfico 6)

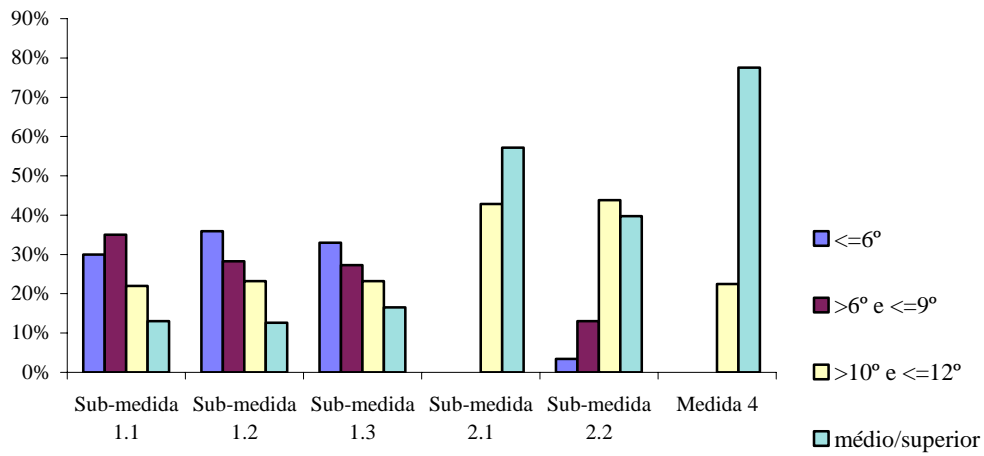
Em relação ao nível de escolaridade dos postos de trabalho criados, observa-se uma distribuição equilibrada entre as categorias, sendo todavia de evidenciar que as classes de escolaridade inferior a 9 anos representam cerca de 58% do emprego criado e 24% destes empregados têm idade superior a 45 anos.



**Gráfico 7: Postos de trabalho criados – Nível de escolaridade**

Esta situação inverte-se quando se observa a distribuição etária do emprego nas categorias de escolaridade superior a 10 anos uma vez que os empregados com menos de 25 anos representam 23%.

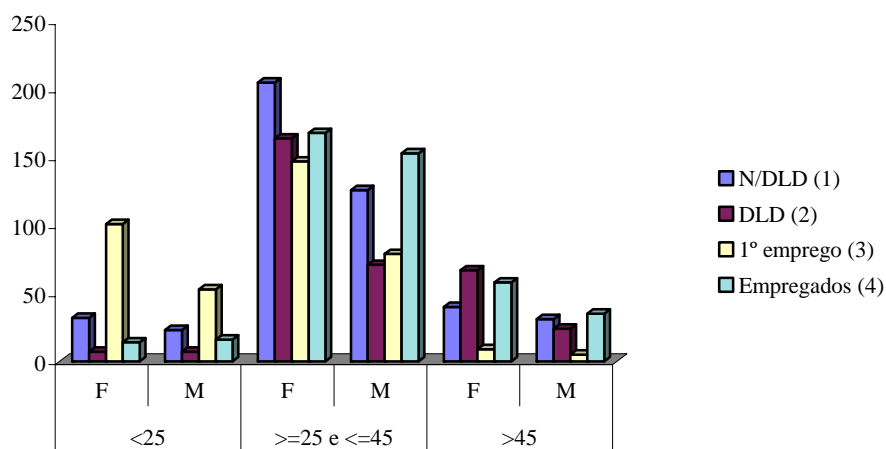
A análise da distribuição por Medidas mostra que os postos de trabalho criados na Medida 1 se caracterizam por uma escolaridade inferior a nove anos em proporções sempre acima dos 60% ao contrário da Medida 2 caracterizada por uma escolaridade superior a 10 anos e cujo peso relativo ultrapassa os 80% sendo 100% na sub-medida 2.1. A análise destes números remete-nos para uma avaliação positiva do programa no que respeita à integração de mão-de-obra menos qualificada no sector produtivo, e portanto com maior dificuldade de integração através da oferta existente no mercado de trabalho em geral.



**Gráfico 8: Emprego criado-distribuição do nível de escolaridade por sub-medida (%)**

Na caracterização dos postos de trabalho criados quanto à situação face ao emprego (Gráfico 9) a distribuição por categorias é equilibrada destacando-se os 28% relativos aos desempregados de curta duração.

A análise por classe etária revela que 61% dos jovens (idade inferior a 25 anos) encontraram o seu primeiro emprego no projecto co-financiado pelo LEADER+ demonstrando a capacidade do Programa em gerar oportunidades de fixação de jovens em meio rural.



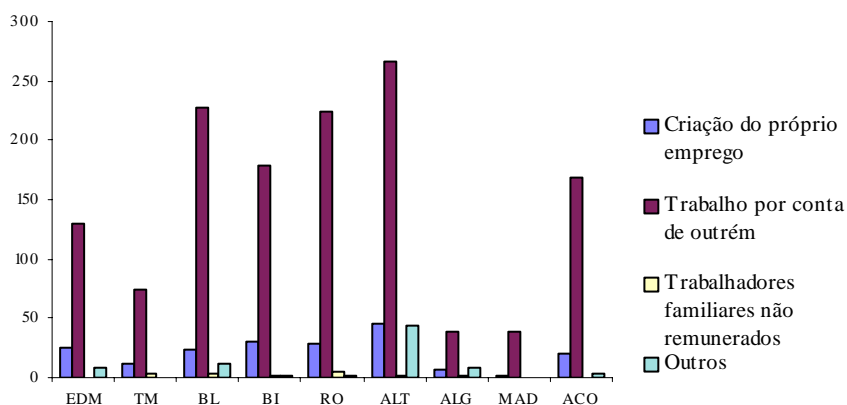
**Gráfico 9: Emprego Criado: Situação face ao emprego**

A categoria dos desempregados de longa duração corresponde a 21% no total de postos de trabalho criados pelo LEADER+. Ainda de acrescentar que 27% das mulheres eram desempregadas há menos de um ano e 25 % das mulheres encontraram o primeiro emprego.

Em relação à distribuição por Sub-medidas observa-se que a categoria do 1º emprego se destaca na sub-medida 1.3 concentrando metade dos postos de trabalho na classe etária com menos de 25 anos. Nas sub-medidas 1.1 e 1.2 destaca-se a categoria dos desempregados de curta duração e na sub-medida 2.2 a categoria dos empregados.

### 2.1.4.1 Análise Regional – Regiões Agrárias

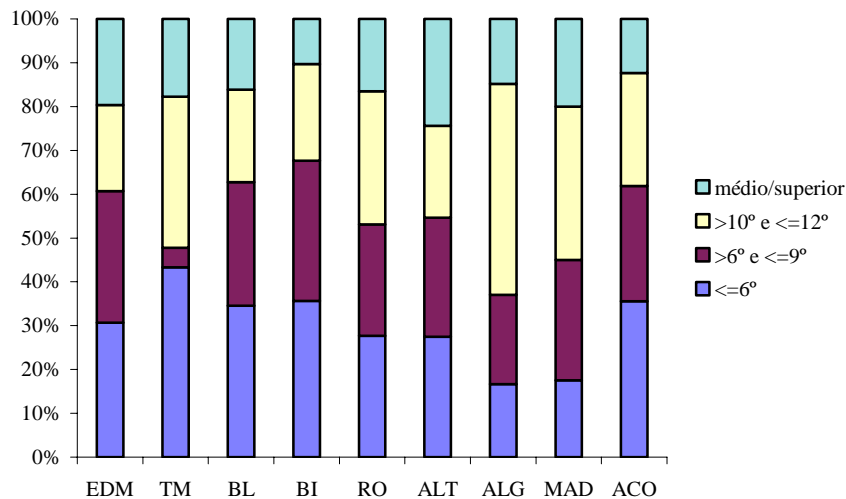
Analisando, por região agrária, o impacto do PIC LEADER+ em termos de emprego criado, verifica-se que a distribuição por classes etárias e género acompanha a tendência nacional, sendo de acrescentar que as regiões da Beira Litoral, Ribatejo e Oeste e Alentejo contribuem para mais de metade dos postos de trabalho criados pelo PIC LEADER+.



**Gráfico 10: Emprego criado por região-Tipologia**

A agregação regional dos postos de trabalho criados mostra que relativamente à situação na profissão a categoria dominante é o trabalho por conta de outrem, mais uma vez em concordância com a distribuição nacional. Se olharmos a representatividade destas categorias da situação na profissão numa perspectiva regional, verificamos que o peso relativo da criação do próprio emprego atinge um máximo de 16% no Entre Douro e Minho, o trabalho por conta de outrem tem maior preponderância na Madeira com 94%

e os trabalhadores familiares têm maior expressão em Trás-os-Montes com 4% do emprego criado.

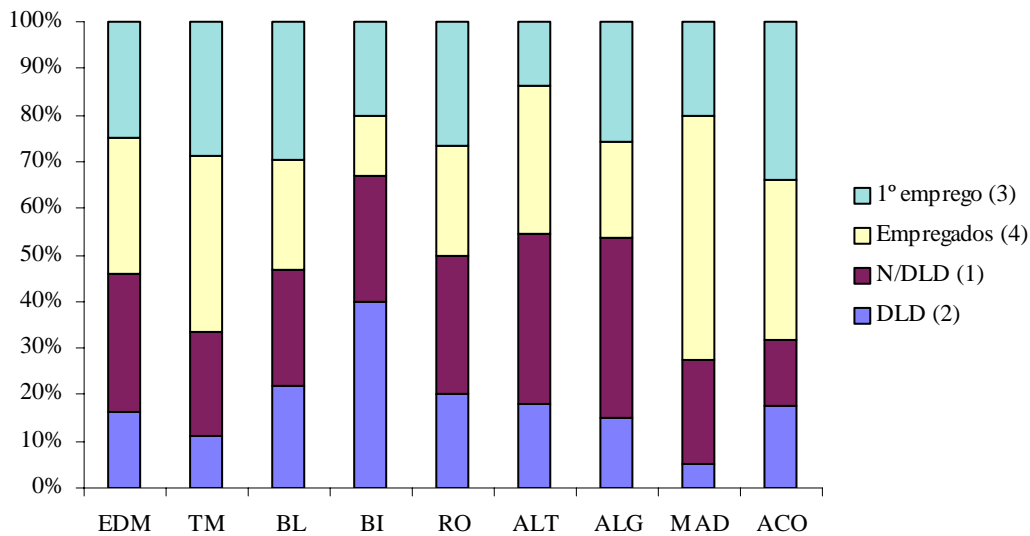


**Gráfico 11: Emprego criado por região-Nível de escolaridade (%)**

Analisando o emprego criado por nível de escolaridade, verifica-se a existência algumas diferenças regionais, sendo de realçar que mais de metade dos postos de trabalho criados nas regiões de Trás-os-Montes, Algarve e Madeira se caracterizam por terem mais de 10 anos de escolaridade.

A abordagem regional do peso relativo das categorias da escolaridade revela que a Beira Interior apresenta uma maior proporção de emprego com menos de 9 anos de escolaridade(68%) associada à maior relevância regional de integração de desempregados de longa duração.

Em relação à situação face ao emprego, destaca-se que na Beira Interior, Ribatejo e Oeste, Alentejo e Algarve mais de 50% do emprego criado se destinou a desempregados de curta e longa duração.



**Gráfico 12: Emprego criado por região: situação face ao emprego**

A categoria do primeiro emprego tem maior representatividade (34%) nos Açores. Na Beira Litoral esta categoria representa 30% e está associada à preponderância (54%) do grupo etário com menos de 25 anos.

## 2.2 Condições e dificuldades na execução e medidas de resolução

A principal dificuldade na execução das medidas prende-se com as questões de natureza orçamental, que tiveram um efeito dominó sobre vários aspectos do programa. Acrescido às limitações orçamentais há igualmente a registar algum atraso adicional associado ao processo de certificação de despesa. Esta acção foi efectuada com recurso a auditores externos. O processo de contratação pública introduziu um tempo adicional na análise e aprovação em especial do primeiro pedido de pagamento de 2006. Para o segundo e terceiros pedidos de pagamento, para evitar atrasos idênticos ao do primeiro pedido, foi decidido efectuar uma única consulta pública, o que permitiu efectuar a certificação dos pedidos de uma forma mais célere.

Apesar de uma melhoria progressiva na eficiência do processo de certificação de despesas verificou-se um atraso significativo na análise dos pedidos de pagamento e bem assim de toda a cadeia de transferências financeiras.

Este atraso nos pagamento aos promotores finais associado aos atrasos nos pagamento por via do déficit orçamental da verba MADRP, ocasionaram uma desaceleração da execução financeira, que se tem vindo a estender pelo ano de 2007.

As questões reflectem-se de forma diferente na execução de cada um dos vectores. O vector 1, que é sem dúvida o “motor” do programa em termos de execução financeira, apresentou, conforme se referiu, uma desaceleração por via dos atrasos nos pagamentos aos promotores. É do conhecimento geral que muitos promotores, cuja capacidade financeira é limitada, executam os seus projectos ao ritmo das “injecções” de capital. Os atrasos nos pagamento são pois um elemento muito importante na execução financeira. Tendo em conta o facto de o controlo de primeiro nível se encontrar atrasado, foi introduzido este procedimento adicional de certificação de despesa em 2006, já que em 2007 está previsto que a certificação de despesas utilize a despesa analisada em sede de controlo de 1º nível. Com a “integração” da certificação na amostra do controlo de 1º nível é assim possível obviar as dificuldades associadas ao processo de certificação de despesa.

O vector 2 não apresenta ainda um nível de execução que se assuma como satisfatório nesta fase do programa. A sua execução é de cerca de 40%, manifestamente mais baixa do que a do vector 1 e do programa nacional em média. Com vista a apoiar a execução deste vector foram tomadas algumas medidas que se revelaram de grande utilidade, mas que, contudo, viram o seu efeito benéfico atenuado pelo efeito muito negativo das questões orçamentais de que se fará referência mais à frente. Com o objectivo de apoiar a formatação e organização dos projectos de cooperação foi elaborado um guia de apoio à cooperação. Simultaneamente foi definido internamente na EAT um sector específico de apoio à cooperação. Este facto fez com que os projectos, em especial de cooperação transnacional, tivessem um incremento significativo. Contudo, o maior apoio que foi introduzido ao nível do acompanhamento efectuado pela EAT, foi atenuado e quase anulado com as questões de natureza orçamental. O Vector 2 é um vector de execução exclusiva por parte dos GAL, cujo financiamento é, em comparação com outros vectores, muito dependente da componente MADRP, que representa em média cerca de 30% do investimento. Os atrasos nos pagamento, por via da certificação e do insuficiente orçamento PIDDAC, fez com que a execução do vector 2 tenha sido fortemente afectada, não se tendo registado o incremento que as medidas tomadas ao nível do acompanhamento poderiam implicar.



Em relação ao vector 3 o ano de 2006 não foi substancialmente diferente do anos anteriores. A dotação PIDDAC foi insuficiente pelo que o programa não foi executado na sua plenitude. O programa da Rede Leader+ foi ajustado de acordo com 3 princípios base (ver ponto 3.2.3): Os objectivos determinados em programa nacional; a dotação financeira aprovada para 2006 em sede de PIDDAC e a limitação de recursos humanos existentes na EAT e mais particularmente na célula da Rede. Com base naqueles princípios foi delineado um programa equilibrado, que previa uma situação de equilíbrio entre a capacidade financeira e a capacidade humana. Uma das principais acções foi o concurso promovido pela Rede, que previa a descentralização das acções da rede pelo território nacional, permitindo desta forma que se capacitasse as entidades do terreno nas acções da Rede e se desse expressão em larga escala às acções da Rede. Este concurso, à semelhança de outras acções foi congelado por via da medida excepcional emanada via circula da Direcção Geral do Orçamento, em que a partir de 1 de Setembro foram suspensas toda a assunção de novos compromissos e pagamentos, ficando os mesmos dependentes da autorização dos ministros da tutela e das Finanças. Esta medida provocou um abrandamento substancial na execução do vector 3, razão pela qual a sua execução financeira foi muito baixa quando se previa um significativo incremento das actividades durante o ano de 2006.

Em relação ao vector 4 o cenário foi idêntico ao vector 3. A impossibilidade de contratar novos recursos humanos fez com que não fosse possível incrementar algumas acções de acompanhamento que seriam de grande utilidade. Com o intuito de efectuar uma melhor gestão do programa, e face ao reduzido número de recursos humanos da EAT, foi decidido por questões de eficiência, alterar os sistema de informação e gestão do programa Leader. Neste sentido foi desenvolvida uma nova ferramenta de gestão designada de e-leader. Trata-se de um portal que foi desenvolvido pela mesma empresa do winleader. Esta ferramenta será operacionalizada durante o ano de 2007, e permitirá uma melhor gestão da informação de cada GAL, não sendo necessário recorrer ao sistema de envio de base de dados por mail de forma individualizada como hoje acontece. A operacionalização do e-leader constituirá um significativo avanço na qualidade da gestão do programa. Conforme se referiu, à semelhança do vector 3, o vector 4 foi igualmente suspenso por via da circular da DGO, pelo que a partir de Setembro não houve praticamente assunção de novos compromissos, motivando, entre outros aspectos, a suspensão das acções de acompanhamento aos GAL.

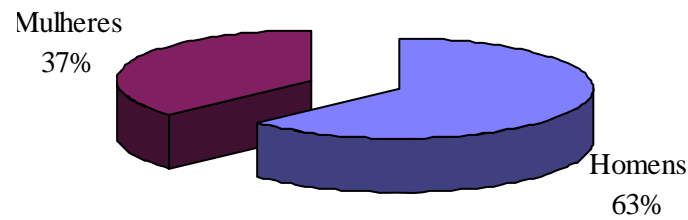
Tendo em conta a constatação de que a execução financeira do vector 3 não iria ser satisfeita foi decidido solicitar uma alteração ao programa que consistiu no reforço do vector 1 com verbas do vector 3. A alteração foi aceite, o que permitirá que em 2007 seja distribuída uma nova reserva de eficiência. Durante o ano de 2006 procedeu-se igualmente à distribuição de uma reserva de eficiência, alocada ao vector 1, com verbas provenientes do vector 2 (deflactor) vector 3 (ano de 2005) e vector 4 (2005 e 2006). Ou seja, durante o ano de 2006, compreendeu-se que não era possível recuperar o atraso da execução financeira dos vectores 3 e 4, pelo que com as duas reprogramações se deslocaram as verbas de 2005 e 2006, os dois últimos anos de programação, dos vectores 3 e 4 para o vector 1. Desta forma pretendeu-se garantir uma boa execução financeira do programa, uma vez que o vector 1 continua a apresentar razoáveis níveis de execução, ou pelo menos capacidade de “absorção” de verbas.

### **2.3 Contribuição qualitativa, quantitativa e financeira para as 3 prioridades transversais: desenvolvimento local, igualdade homens-mulheres e emprego na sociedade de informação**

Na estudo da contribuição do PIC LEADER+ ao nível das três prioridades transversais, procedeu-se a uma análise direccionada sobre a promoção da igualdade de oportunidades e luta contra a exclusão social, o combate e prevenção do desemprego de longa duração dos jovens e das mulheres, e o desenvolvimento da formação profissional e aconselhamento técnico, a fim de fomentar uma mão-de-obra mais qualificada. De notar que a informação tratada no presente ponto, está disponível noutros capítulos do relatório pelo que se evitou a repetição de alguns valores e de gráficos.

A contribuição do PIC LEADER+ para a igualdade homens-mulheres é abordada ao nível da promoção dos projectos e dos postos de trabalho criados e preservados.

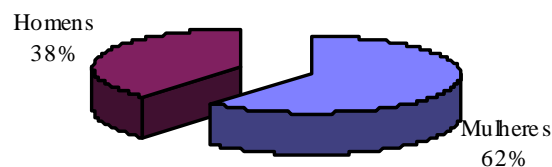
Quanto à promoção de projectos identificaram-se 277 projectos promovidos por mulheres, que correspondem a cerca de 37% dos projectos de empresários individuais. Em relação à idade destas mulheres verifica-se que cerca de 76% se situa na classe etária superior a 40 anos e no que se refere à sua distribuição por Sub-medidas é de referir que 84% dos projectos se enquadra na Sub-medida 1.2 – Apoio a actividades produtivas.



**Gráfico 13: Igualdade de oportunidades-Projectos promovidos por homens e mulheres (%)**

Da análise da classificação dos projectos por Domínios de Intervenção verifica-se que os domínios mais representativos são o 161 – Ajuda às PME e artesanato/investimentos corpóreos com 80 projectos e o domínio 171 – Turismo – investimentos corpóreos com 47 projectos.

No domínio 25 - Acções positivas a favor de mulheres observa-se a existência de 3 projectos aprovados que totalizam um investimento de 68.951€ e cujos promotores se enquadram no Sector Privado e no GAL.



**Gráfico 14: Igualdade de oportunidades-postos de trabalho criados por género (%)**

Na repartição dos postos de trabalho por género verifica-se que existem 62% (1.013) de mulheres nos postos de trabalho criados e 53% (1200) de mulheres nos postos de trabalho preservados.

Da análise dos postos de trabalho criados relativamente à situação na profissão verifica-se na categoria do trabalho por conta de outrem as mulheres representam 64%, as classes com menos de 9 anos de escolaridade concentram cerca de 57% de Mulheres, mas na formação médio/superior as mulheres têm um peso de 61%.

Para a situação face ao emprego realce para as categorias do 1º emprego(25%) e desempregadas de longa duração(24%) resultados demonstrativos do contributo muito positivo do LEADER+ para a igualdade de oportunidades e valorização profissional das mulheres em meio rural.

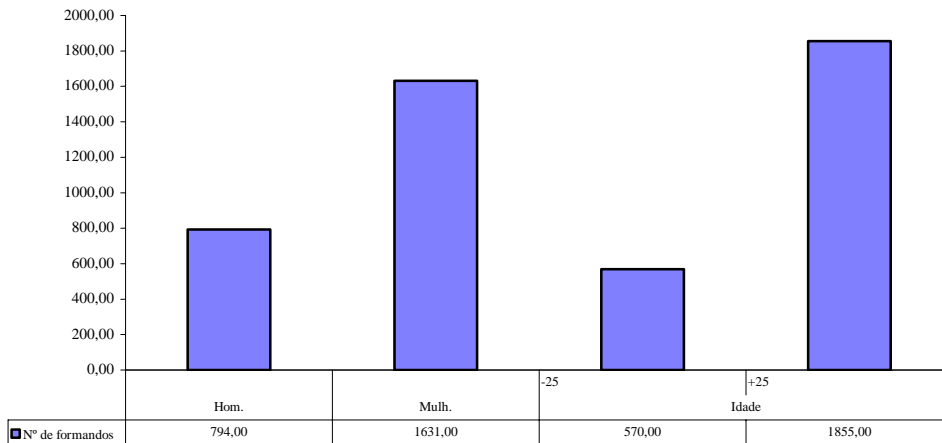
Nas regiões de Entre Douro e Minho e Alentejo encontramos a mais expressiva relatividade no género com um percentagem de mulheres respectivamente de 64 e 66%.

O impacto do PIC LEADER+ no desenvolvimento de uma mão-de-obra qualificada foi verificado através da caracterização dos formandos e das acções de formação co-financiadas pela Sub-medida 2.1 - Formação Profissional.

Os 54 projectos de formação concluídos totalizam um investimento de 813.736€ e são promovidos na sua maioria pelo GAL (33) e por Associações (16). Acrescenta-se ainda que a formação representam 14% dos projectos promovidos pela Entidade Gestora.

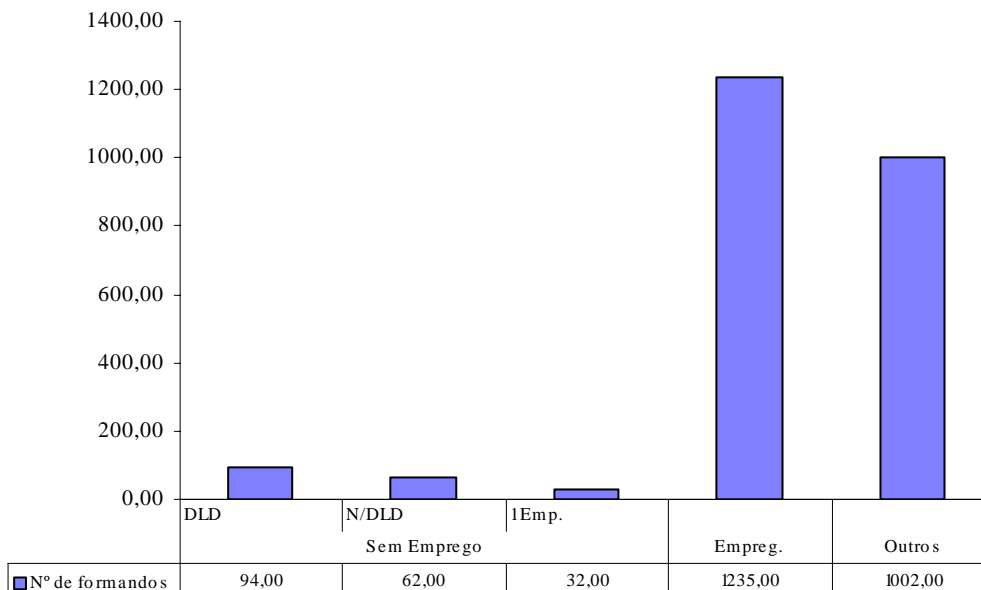
A formação co-financiada pelo LEADER+ ocupam um volume de 675.593 horas e incidem num conjunto de 2.425 formandos.

Em termos de tipologia de projectos destas acções de formação, verifica-se que a grande maioria dos projectos da Sub-medida 2.1 é classificado no domínio 230 - Desenvolvimento da educação e da formação não ligadas a um sector específico totalizando 65%. Realçar ainda os 19% de projectos de formação classificados no domínio 167 – Ajudas às PME e artesanato – formação específica e 7% no domínio 174 – Turismo - Formação profissional específica.



**Gráfico 15: Formandos- género e classe etária**

A caracterização dos formandos revelou que 8% estavam desempregados designadamente, 4%(94) eram desempregados de longa duração, 2% (62) desempregados de curta duração e 2%(32) estavam à procura do primeiro emprego. Quanto ao género 67% (1631) dos formandos eram mulheres. Relativamente à distribuição etária verifica-se que 76% (1855) dos formandos tinham mais de 25 anos.



**Gráfico 16: Formandos-situação face ao emprego**

Para avaliar o contributo do PIC LEADER+ para o desenvolvimento da sociedade de informação recorreu-se à quantificação do número de projectos e investimento total aprovado nos domínios 32 relativos a Telecomunicações e sociedade de informação:

#### 322 – Tecnologias de informação e comunicação

- 66 projectos aprovados que perfazem um investimento total de 544.153€
- Quanto ao tipo de promotor: 10 Privados Individuais (8H>25 anos e 2M>25 anos), 42 Privados colectivos e 10 GAL e 4 Sector Público.

#### 323 – Serviços e aplicações para o cidadão

- 8 projectos aprovados que perfazem um investimento total de 114.626€
- Quanto ao tipo de promotor: 2 Privados colectivos, 5 GAL e 1 Sector Público.

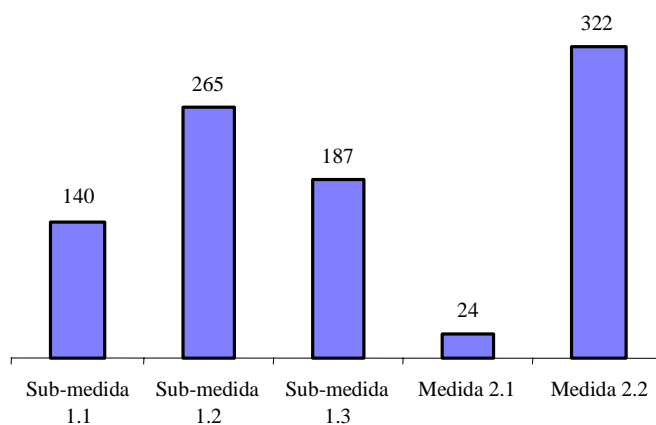
#### 324 – Serviços e aplicações para as PME

- 4 projectos aprovados que perfazem um investimento total de 38.305€
- Quanto ao tipo de promotor: 4 do GAL.

### **2.4 Projectos de natureza ambiental e projectos em zona de Rede Natura**

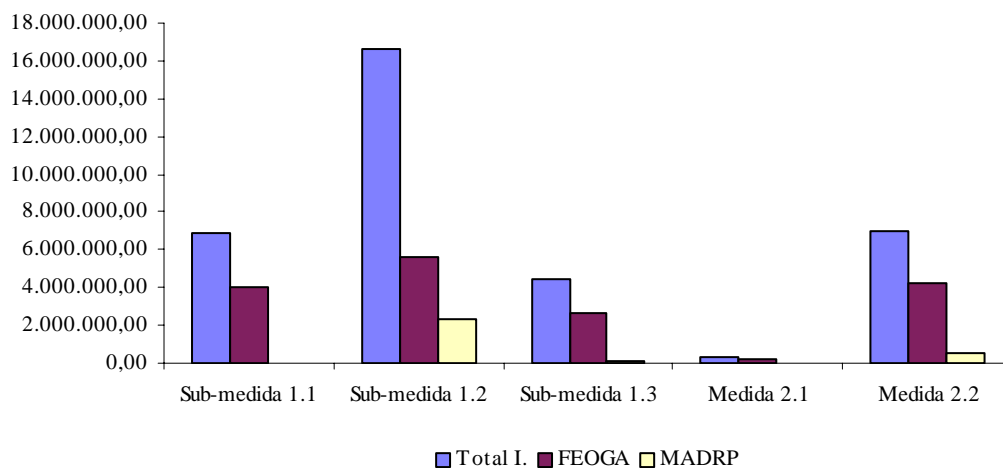
Com vista a analisar os projectos de investimento com impacte ao nível do ambiente, procedeu-se ao cruzamento dos projectos levados a efeito nas zonas classificadas como Rede Natura. Este cruzamento foi efectuado ao nível da freguesia.

Procedeu-se à identificação dos projectos aprovados cuja sede de realização física se localiza dentro das freguesias abrangidas pela Rede Natura. Verifica-se, assim a existência de 938 projectos aprovados que correspondem a 35.228.685€ de investimento total e 16.779.820€ de FEOGA e 2.959.960€ de MADRP.



**Gráfico 17: Rede Natura - Número de projectos aprovados por sub-medida**

Em relação ao enquadramento por sub-medidas, verifica-se que os projectos da sub-medida 2.2 representam em número 34% dos projectos localizados em sítios de Rede Natura mas em investimento total aprovado representam apenas 20%.



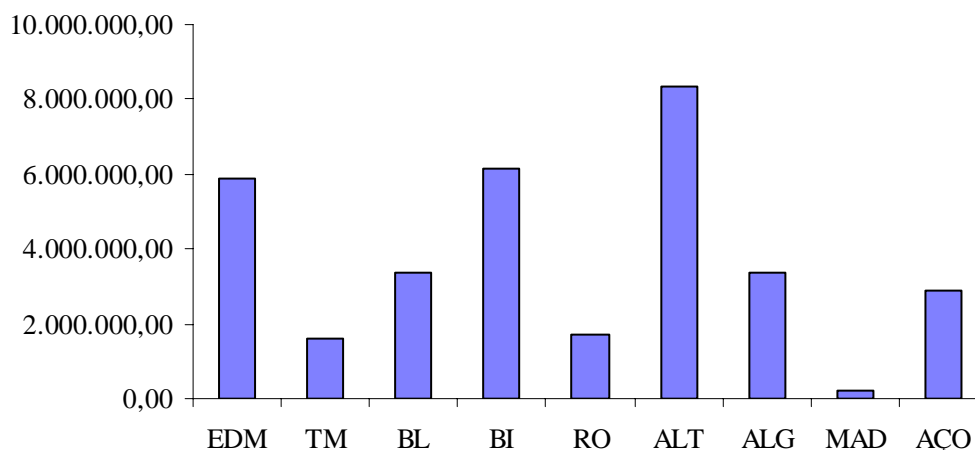
**Gráfico 18: Rede Natura - Investimento aprovado por Sub-medida**

Os projectos da sub-medida 1.2 perfazem em número 28% do total de projectos aprovados mas em investimento totalizam 47% do investimento aprovado em sítios de Rede Natura.

Da classificação dos domínios de intervenção verifica-se alguma dispersão, sendo no entanto possível evidenciar-se quer em número quer em investimento total os domínios 171 – Turismo – investimentos corpóreos (10% e 14%), o 1310 – Fomento das actividades de turismo (10% e 13%) e o 1305 – Serviços de base para a economia rural e população. (17% e 13%).

Referência ainda para os domínios 1312 - Preservação do ambiente, 332 – Infraestruturas – Energias renováveis e 353 – Protecção, requalificação e renovação do ambiente natural cuja fraca representatividade totaliza, em número e investimento 8% dos projectos aprovados.

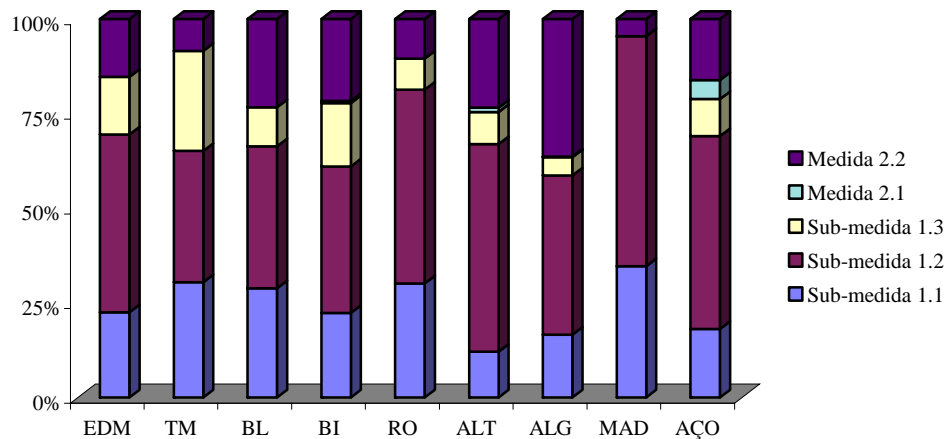
Numa abordagem regional observou-se que as regiões do Entre Douro e Minho, Alentejo e Açores abrangem mais de metade dos projectos aprovados em sítios de rede natura. No entanto, o maior investimento aprovado está concentrado no Alentejo, Beira Interior e Entre Douro e Minho.



**Gráfico 19: Rede Natura - Investimento aprovado por Regiões Agrárias**

Quanto à distribuição do investimento aprovado na Medida 1 observa-se um maior peso relativo da sub-medida 1.1 nas regiões da Madeira(35%) e Trás-os-Montes(30%), da sub-medida 1.2 na Madeira(61%) e Alentejo(55%) e na sub-medida 1.3 em Trás-os-Montes (26) e Beira Interior(17%). Na Medida 2 é de salientar a reduzida existência de

projectos e investimento na sub-medida 2.1 e a maior preponderância da sub-medida 2.2 nas regiões do Algarve(36%) e Alentejo(23%).



**Gráfico 20: Rede Natura - Investimento aprovado por sub-medida e por Regiões Agrárias**

Para abordar a temática ambiental recorreu-se ainda à quantificação do número de projectos a nível nacional aprovados nos domínios de intervenção 1312, 332 e 353 e caracterização quanto ao investimento total aprovado e tipo de promotor:

#### 1312 Preservação do ambiente

- 96 projectos - investimento total de 3.069.529€ - 1 privado individual, 25 privados colectivos, 29 públicos e 41GAL – dos quais 16 projectos em Rede Natura
- Regiões Agrárias – destacam-se as regiões do Alentejo com 22 projectos e Trás-os-Montes com 16 projectos aprovados
- 11 projectos criam 31 postos de trabalho

#### 332 Infra-estruturas – energias renováveis

- 3 projectos - investimento total 72.776€ - 2 privado individual, 1 privado colectivo – dos quais 1 projecto em Rede Natura
- Regiões Agrárias – um projecto em Trás-os-Montes e dois projectos no Alentejo



### 353 Protecção, requalificação e renovação do ambiente natural

- 222 projectos - investimento total 8.853.266€ - 10 privados individuais, 25 privados colectivos, 122 Públicos e 65 GAL – dos quais 58 projectos em Rede Natura
- Regiões Agrárias - destacam-se as regiões da Beira Litoral com 82 projectos e Entre Douro e Minho com 62 projectos aprovados.
- 16 projectos criam 31 postos de trabalho

## **3 EXECUÇÃO FINANCEIRA**

### **3.1 Recapitulativo das despesas e pagamento**

#### **3.1.1 Acumulado**

A despesa certificada até 31.12.2006 totalizou 192.449.144€, a que corresponde a Comparticipação FEOGA de 102.979.683€. O montante total de transferências efectuadas pela Comissão relativas a pedidos de pagamento ascendeu a 107.496.706€

#### **3.1.2 Ano de 2006**

Durante o ano de 2006 foram efectuados três pedidos de pagamento, de acordo com o estipulado no Programa Nacional, sendo a despesa total certificada de 42.410.649€ a que corresponde uma Comparticipação do FEOGA de 22.389.397€

No ano em causa a Comissão transferiu 18.337.109€ relativos a 35% do 3º Pedido de Pagamento de 2005 e a totalidade dos dois primeiros pedidos de pagamento de 2006.

Nas transferências do OI para os GAL durante o ano de 2006, os GAL foram reembolsados do restante do 3º PP de 2005, do 1º PP de 2006 e de parte do 2º PP 2006 (41% do Vector1). O 2º PP foi totalmente reembolsado em Janeiro de 2007, uma vez que a transferência da Comissão foi recebida nos últimos dias de Dezembro de 2006.



Relativamente às verbas da administração central, proveniente do Orçamento Geral do Estado, através do PIDDAC, foram efectuados os pagamentos de 35% do Vector 1 e o Vector 2 do 3ºPP do 3ºPP de 2005 e a totalidade do 1ºPP 2006.

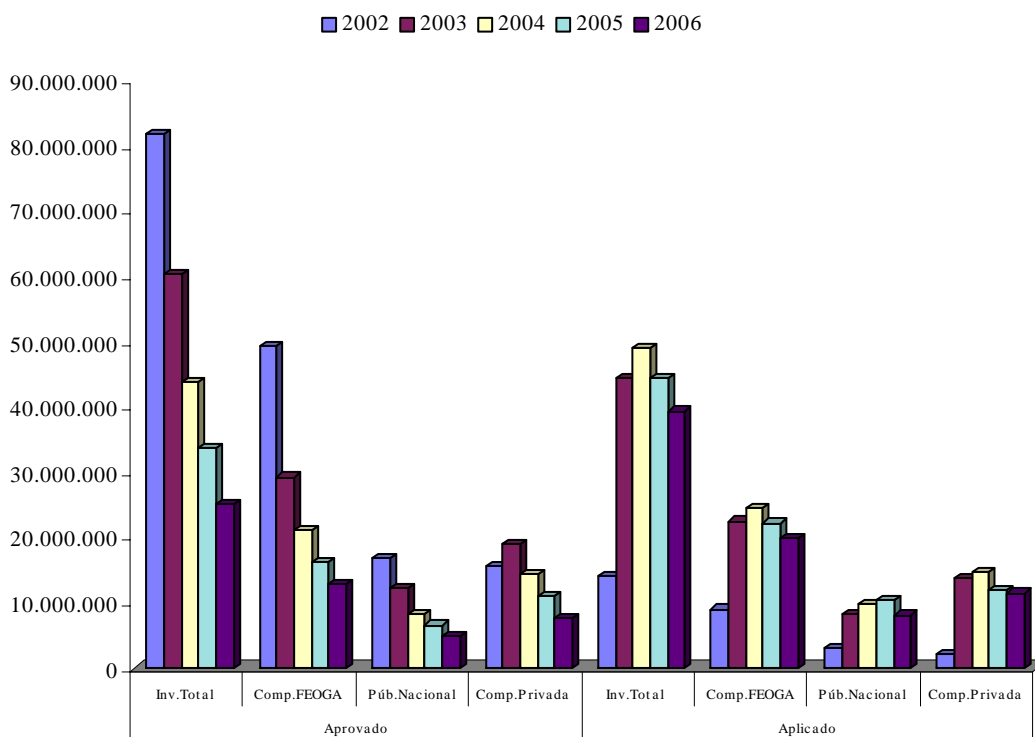
## **3.2 Execução financeira prevista e real**

### **3.2.1 Vector 1**

A informação relativa à execução financeira prevista e real está contida nos quadros do Anexo 2. Nas colunas do Programado no PDL estão inscritos os valores globais programados pelos 52 GAL para a totalidade dos anos de execução do PIC LEADER+ a saber de 2001 a 2006. Os valores contidos nas colunas do Aprovado e Aplicado no PDL referem-se aos projectos aprovados e em execução até 31.12.2006.

Para avaliar os progressos na execução financeira recorreu-se inicialmente à comparação dos montantes aprovados e aplicados em 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006 segundo fontes de financiamento e, posteriormente quantificou-se a relação dos respectivos montantes acumulados até 31 de Dezembro de 2006 e durante o ano de 2006, através de uma taxa de crescimento.

O ano de 2002 caracterizou-se pela dinamização do Programa e ficou marcado pela aprovação da Medida 3 e Medida 4 que fez elevar de sobre maneira o investimento aprovado e a comparticipação pública uma vez que a ajuda pública é constituída por 75% de FEOGA e 25% MADRP e ficou comprometido o orçamento global destas medidas para o período de 2001-2006.

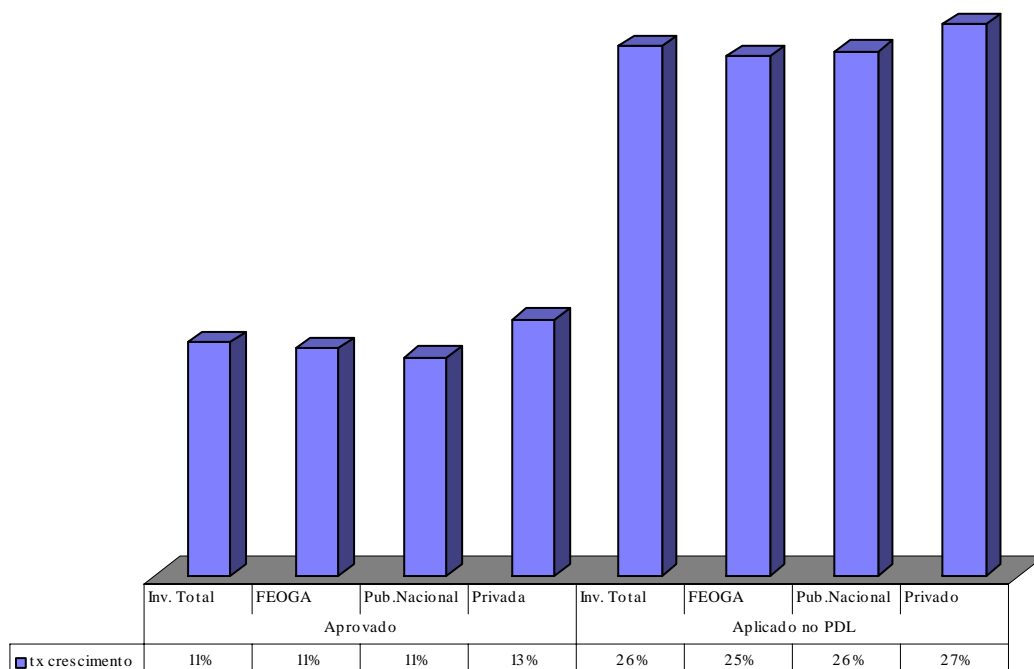


**Gráfico 21 : Investimento aprovado e aplicado por fontes de financiamento em 2002, 2003,2004, 2005 e 2006(€)**

O ano de 2003 constituiu o arranque da execução material e financeira dos projectos co-financiados pelo PIC LEADER+. O crescimento mais consistente verificou-se no investimento privado quer em termos de aprovação, quer em termos de execução.

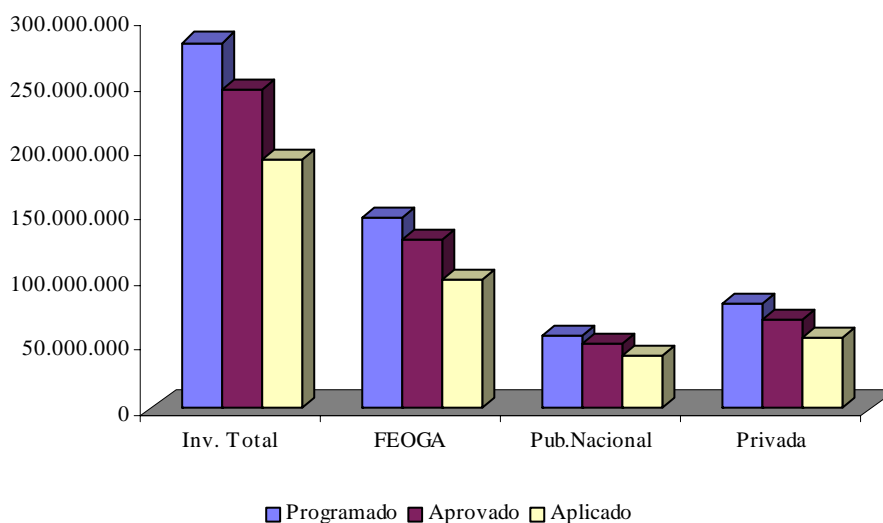
Os resultados financeiros de 2004 traduzem a plena implementação no terreno tendo-se não só verificado um crescimento no número de projectos aprovados mas sobretudo um crescimento muito acentuado na realização financeira.

A partir de 2005 verificou-se um abrandamento no ritmo quer da aprovação quer da execução indicador e o investimento público constitui-se como o maior contributo para o crescimento da execução financeira.



**Gráfico 22: Taxa de crescimento da aprovação e execução financeira por fontes de financiamento**

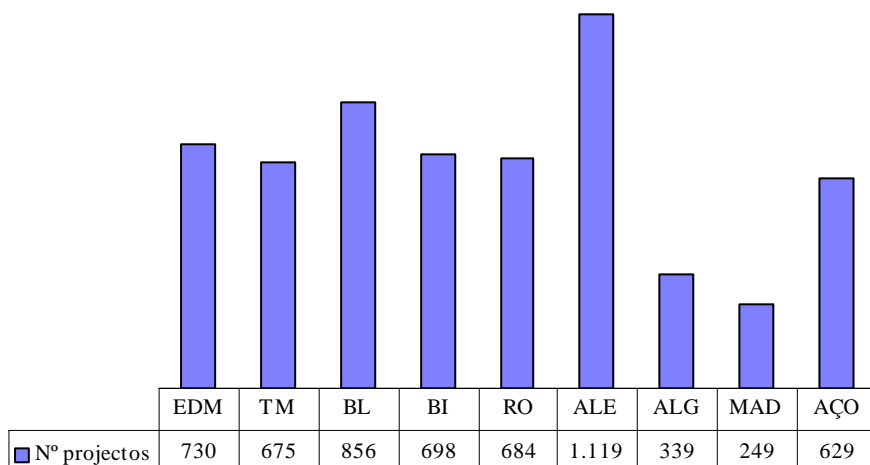
No âmbito do Vector 1, até 31 de Dezembro de 2006, foram aprovados 5979 projectos totalizando um investimento de 244.520.845€ o que corresponde a uma taxa de aprovação de 87%. Os 5138 projectos que se encontram-se em execução ou já concluídos perfazem um investimento total de 190.975.045€ e uma taxa de execução de 78%.



### Gráfico 23: Vector 1 - Execução financeira Programado-aprovado-aplicado fontes de financiamento

Da repartição por fontes de financiamento observa-se que as participações FEOGA e MADRP representam 61% do investimento aprovado. Em relação ao investimento privado, verifica-se que atinge os 28%. A configuração financeira realizada apresenta a uma repartição por fontes de financiamento semelhante à aprovação.

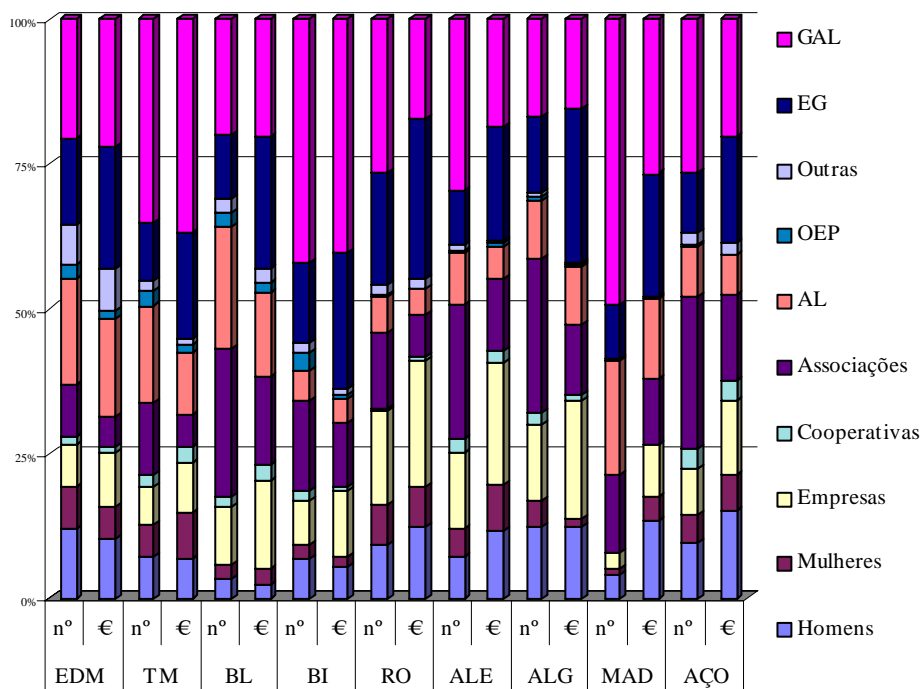
A abordagem regional mostra a concentração em número projectos aprovados nas regiões do Alentejo(18%), Beira Litoral(14%) e Entre Douro e Minho(12%).



### Gráfico 24: Vector 1 - Projectos aprovados –Nº por região

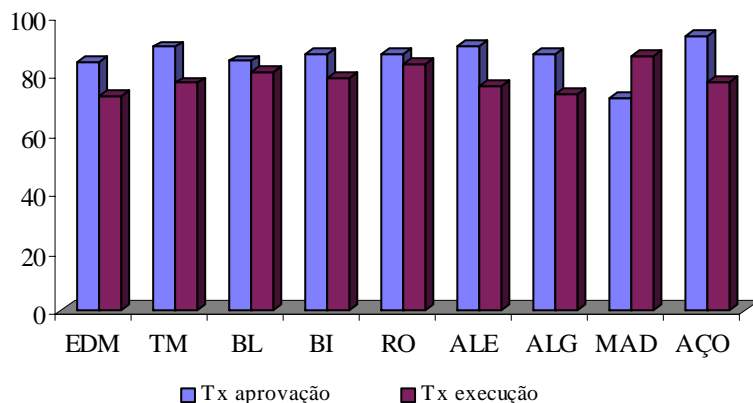
Quanto ao tipo de promotor a análise da distribuição percentual do nº de projectos e investimento aprovado revelou o impacto do Programa no interior da parceria é mais significativo nas regiões de Trás-os-Montes, Beira Interior e Madeira. Em relação ao nº de projectos aprovados é na Beira Interior e na Madeira que a parceria concentra mais de 50% dos projectos aprovados. O somatório do investimento aprovado pelo GAL e Entidade Gestora ultrapassa a linha dos 50% em Trás-os-Montes e Beira Interior.

No Alentejo e Açores, os privados, individuais e colectivos, absorvem mais de metade dos projectos quer em número quer em investimento. No entanto a iniciativa privada aparece ainda destacada no Algarve com número de projectos a atingir os 58%.



**Gráfico 25: Vector 1 - Projectos aprovados por tipo de promotor-Nº e Investimento Total por região**

Um olhar em particular para o sector empresarial mostra maior evidência de dinamismo nas Regiões do Ribatejo e Oeste e Alentejo onde o investimento aprovado representa 41%.



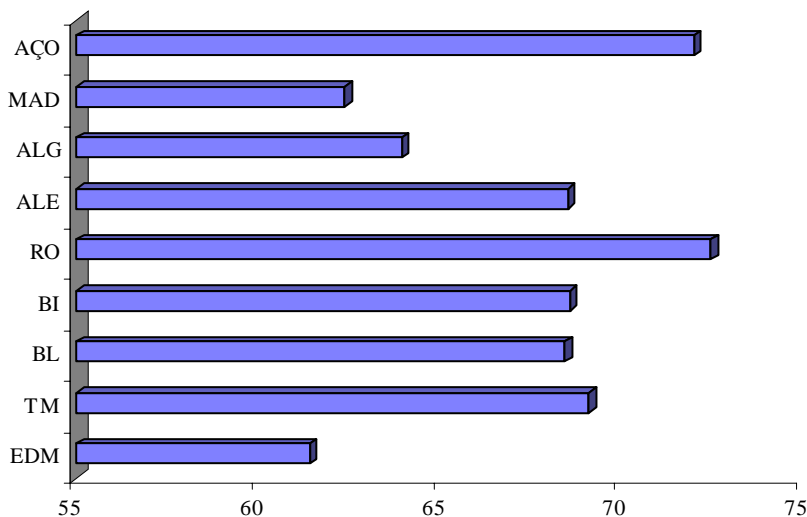
**Gráfico 26: Vector 1 -Taxa de aprovação e taxa de execução por região**

Para avaliar a execução financeira recorreu-se ainda à análise das Taxa de Aprovação, Taxa de Execução e Taxa de Realização, indicadores financeiros que relacionam a Programação com a Aprovação e a Execução.

A este respeito clarifica-se que a Taxa de Aprovação relaciona o investimento total aprovado com o investimento total programado em PDL, a Taxa de Execução o investimento total aplicado com o investimento total aprovado e a Taxa de Realização o investimento total aplicado com o investimento total programado em PDL.

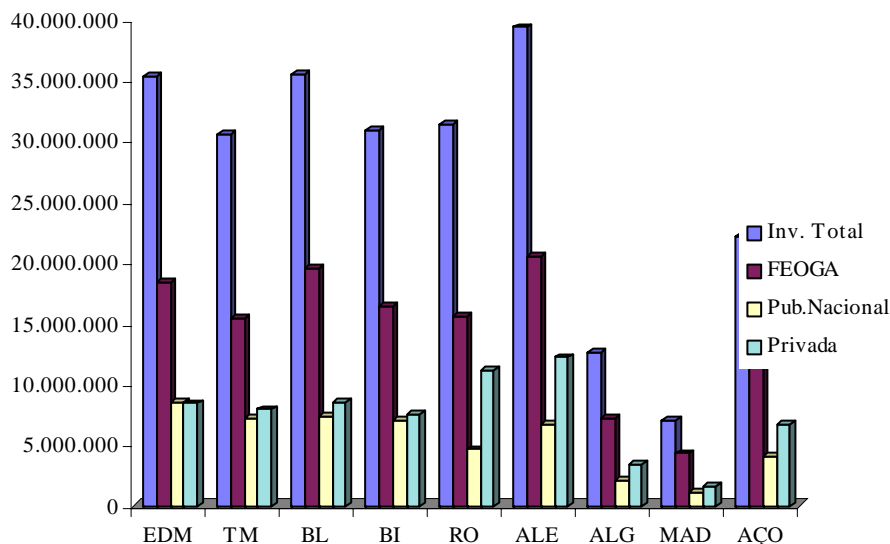
Numa abordagem regional da execução financeira, verifica-se que acima da taxa de aprovação nacional (**87%**) encontramos Trás-os-Montes (90%), Alentejo (90%) e Açores (93%). As regiões de Ribatejo e Oeste e Madeira apresentam taxas de execução acima da taxa de execução nacional (**78%**).

As regiões de Entre Douro e Minho e Algarve apresentam os três indicadores financeiros abaixo dos valores nacionais respectivamente, aprovação-execução-realização, 84%-73%-61% e 87%-74%-64%.



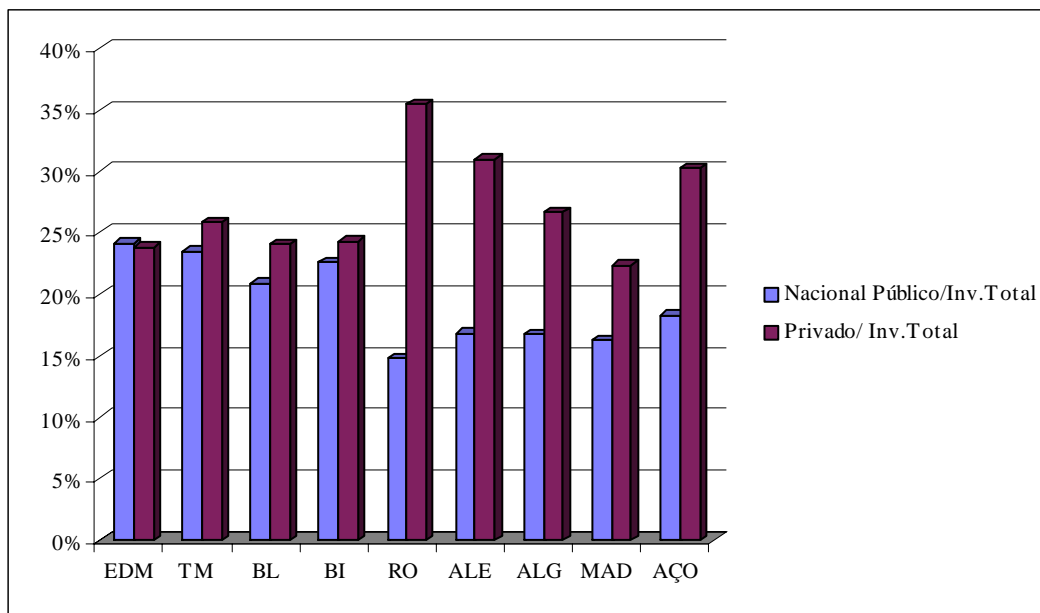
**Gráfico 27: Vector 1-Taxa de realização por regiões**

As regiões do Ribatejo e Oeste e Açores apresentam as melhores taxas de realização colocando-se alguns pontos percentuais acima da taxa de realização nacional de 68%.



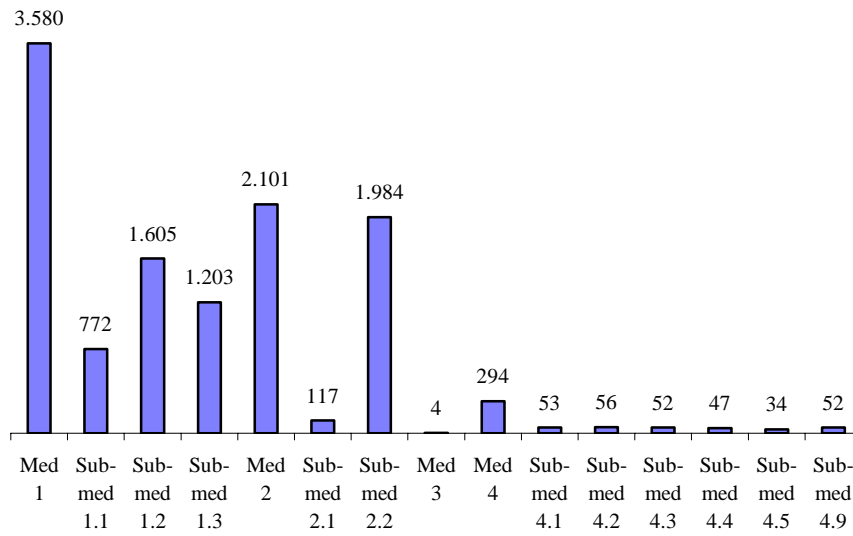
**Gráfico 28: Vector 1 -Investimento Aprovado – montante por regiões**

Da observação do gráfico relativo ao investimento aprovado por fontes de financiamento pode verificar-se que as Regiões com maior investimento aprovado são Alentejo, Beira Litoral e Entre-Douro e Minho. No Alentejo o investimento aprovado está associado ao investimento privado mais elevado enquanto que o Entre Douro e Minho concentra o maior investimento público nacional.

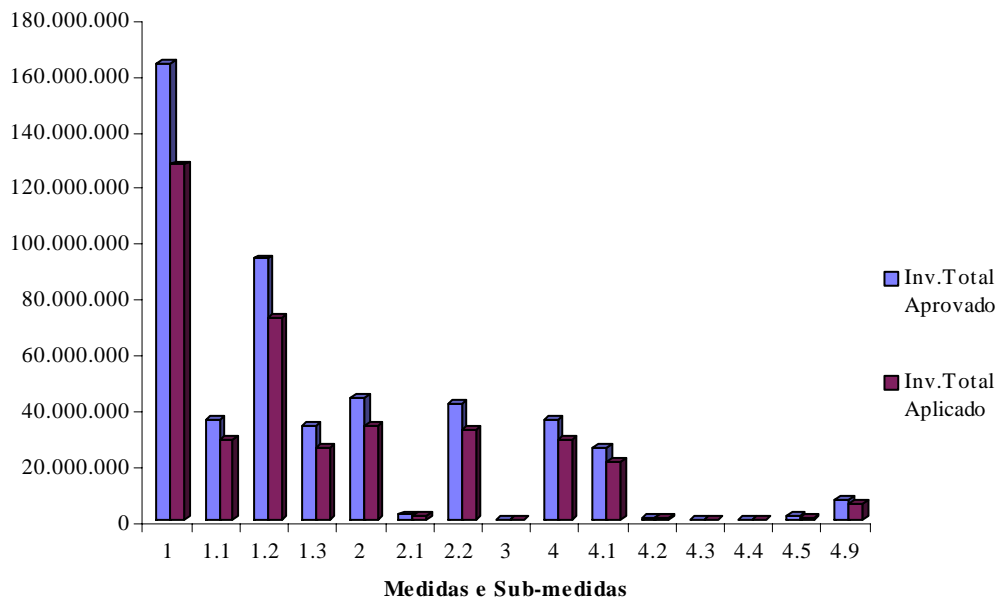


**Gráfico 29: Vector 1-Investimento não comunitário aprovado/Investimento total aprovado em % por regiões**

Concentrado a análise sobre tipologia de investimento não comunitário aprovado face ao investimento total aprovado a participação privada assume maior peso relativo no Ribatejo (35%) e Alentejo (31%) enquanto que no Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes encontramos as mais elevadas taxas da Participação Pública Nacional (24%).



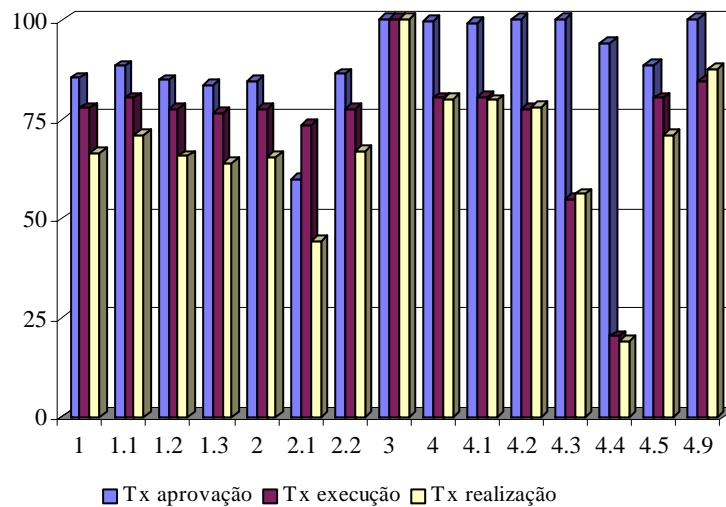
**Gráfico 30: Vector 1 Projectos aprovados por sub-medida**



**Gráfico 31: Vector 1 – Investimento aprovado e aplicado por medida e sub-medida**

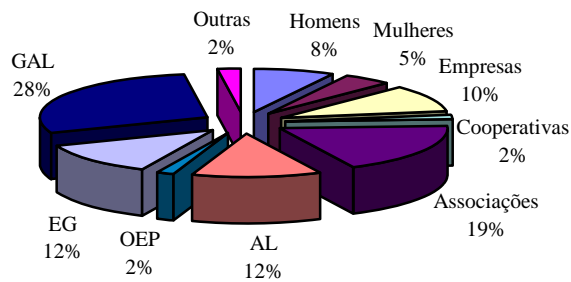
A análise da execução financeira por Sub-medidas revela que as Sub-medida 2.2 e Sub-medida 1.2 concentram cerca de 60% dos projectos aprovados.

O investimento aprovado e aplicado por Medidas e Sub-medidas acompanha a distribuição do nº de projectos aprovados, ou seja, são as Sub-medidas 1.2 e 2.2 que contribuem para 56% da execução global dos PDL . Apesar da sub-medida 2.2 apresentar maior nº de projectos aprovados, realça-se que, a dimensão média dos projectos assume maior relevância na Medida 1 designadamente na sub-medida 1.2 (58.551€) e sub-medida 1.1 (47.092€).



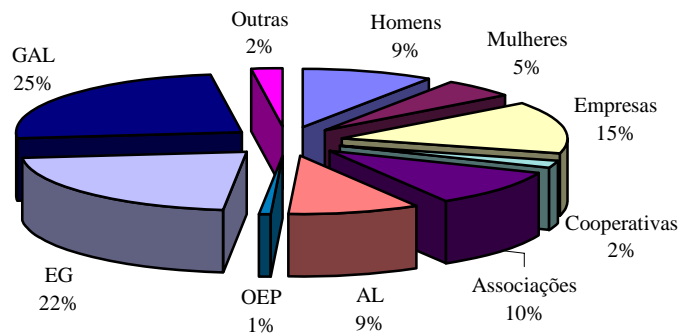
**Gráfico 32: Vector 1 – Taxa de Aprovação, Execução e Realização por Medida e Sub-medida**

Da análise das taxas de aprovação, execução e realização observa-se uma melhor performance na sub-medida 1.1 com indicadores financeiros mais elevados respectivamente de 88, 80 e 71 %. Em oposição a sub-medida 2.1. apresenta os indicadores mais baixos 60,73 e 44%. A Medida 4 apresenta uma taxa de realização de 80%.



**Gráfico 33: Vector 1 – Projectos aprovados por tipo de promotor (%)**

A distribuição dos projectos aprovados por tipologia de promotor mostra que os Privados Colectivos assumem 21% dos projectos no Vector 1, os GAL 28% e a Entidade Gestora 12%. O gráfico revela ainda que, os Privados Individuais assumem 13% dos projectos aprovados, e a Administração Local não integrada na parceria do GAL e constituída sobretudo por Juntas de freguesia, assume 12% dos projectos aprovados.



**Gráfico 34: Vector 1 Investimento aprovado por tipo de promotor**

Quanto ao investimento aprovado o gráfico revela ainda uma forte representatividade da Parceria LEADER+ com 47%, e do sector empresarial com 29% logo seguida pelo sector associativo com 12%. No sector empresarial destacam-se os 15% de investimento assumidos pelas Empresas e no que diz respeito ao sector associativo 10% de



investimento das associações. As Mulheres promovem 5% do total do investimento aprovado no Vector 1.

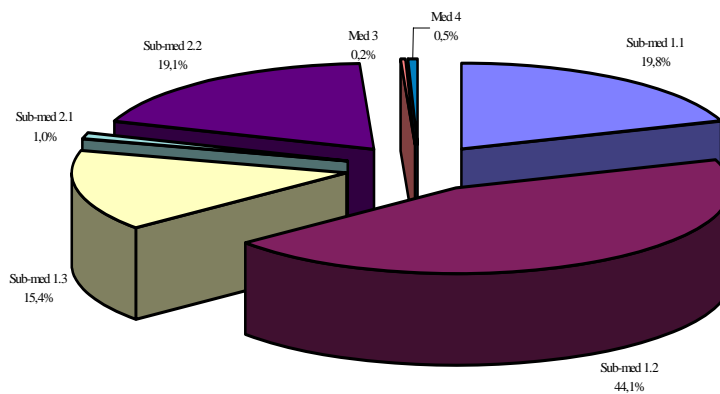
A distribuição por sub-medida revela que os privados individuais e as empresas promovem cerca de 72% dos projectos da sub-medida 1.2 quer em numero quer em investimento aprovado.

A Administração Local domina a sub-medida 1.1 quer em investimento quer em numero de projectos aprovados enquanto que as Associações dominam a sub-medida 1.3. Para além destes projectos materiais ambos promovem maioritariamente investimento na sub-medida 2.2.

No global da sub-medida 2.2 os projectos imateriais são promovidos na sua grande maioria pela parceria do GAL concentrando 65% do investimento aprovado nesta sub-medida. A Entidade Gestora domina o investimento aprovado para formação aglutinando 60% do investimento da sub-medida 2.1.

Centrando a análise ao nível da conclusão das candidaturas, verifica-se que até ao final do ano de 2006 foram encerrados 2638 projectos abrangendo um investimento de 84.011.777€ Os projectos concluídos representam 32% do FEOGA aprovado e 29% do FEOGA programado nos PDL indicadores que podem indiciar uma execução dos projectos prolongada no tempo.

A distribuição do investimento aplicado por Medidas apresenta-se de acordo com o Gráfico 35 e denota igualmente um maior volume de investimento nos projectos encerrados na Medida 1.

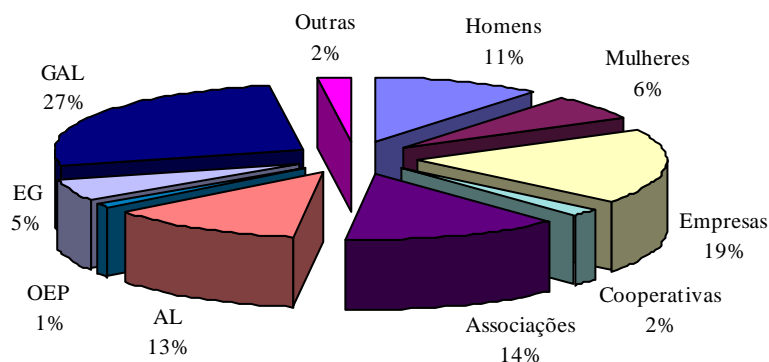


**Gráfico 35: Vector 1 – Candidaturas encerradas - Investimento por medida e sub-medida (%)**

A distribuição por sub-medida revela que as sub-medidas 1.1 e 1.2 concentram cerca de 64% do investimento dos projectos encerrados.

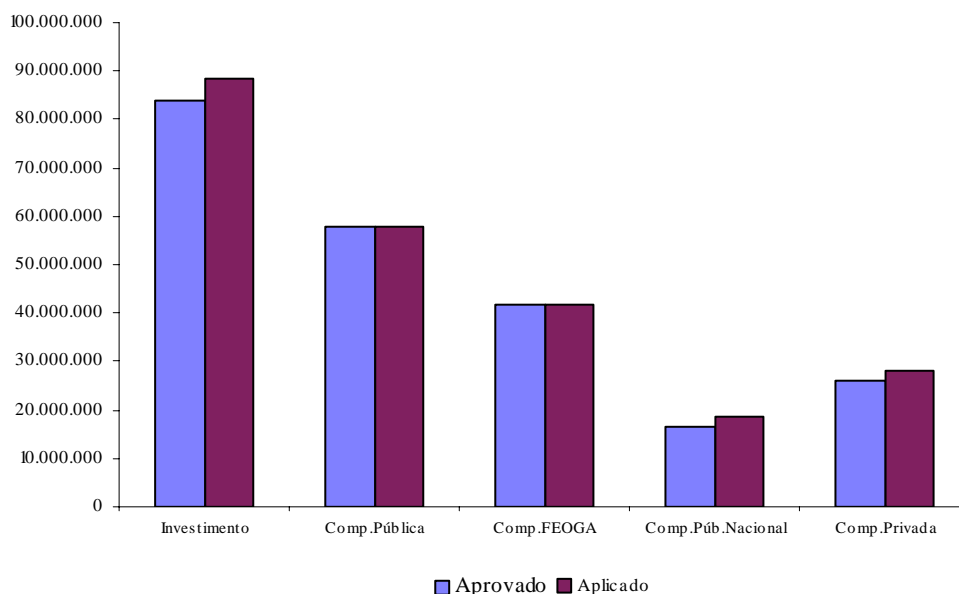
Em número de projectos encerrados a Sub-medida 2.2 isoladamente representa 34% do universo dos projectos encerrados facto resultante do seu carácter imaterial e rápida execução .

No entanto, é de salientar o facto de que o investimento produtivo maioritariamente privado totaliza 44% do investimento concluído. Da análise aprofundada dos projectos encerrados acrescenta-se que relativamente ao tipo de promotor são os empresários individuais e as empresas que assumem maior representatividade no investimento (36%). Quanto ao nº de projectos encerrados destacam-se as Associações que assumem 607 projectos encerrados com um investimento médio de 19.681€



**Gráfico 36: Vector 1 – Candidaturas encerradas por tipo de promotor – Investimento Aplicado (%)**

Os projectos concluídos no interior da Parceria LEADER+ (GAL + Entidade Gestora) representam cerca de um terço dos projectos concluídos e quanto ao enquadramento observa-se que são maioritariamente projectos imateriais (52% em numero e 35% em investimento).



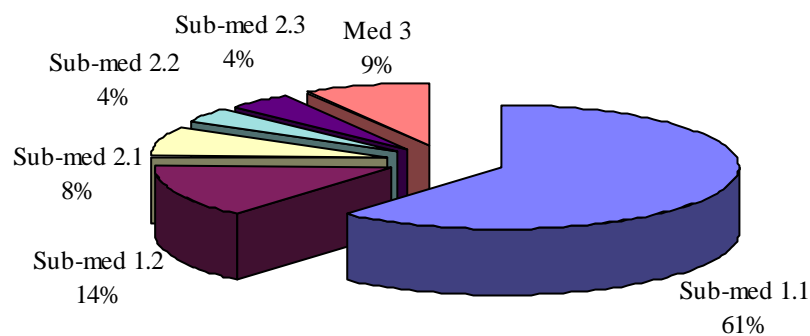
**Gráfico 37: Vector 1 Projectos encerrados**

Para reforçar estas conclusões, a informação extraída da caracterização dos projectos encerrados quanto às fontes de financiamento, verificamos que o investimento realizado ficou 5% acima do aprovado o que traduz o efeito multiplicador do co-financiamento do

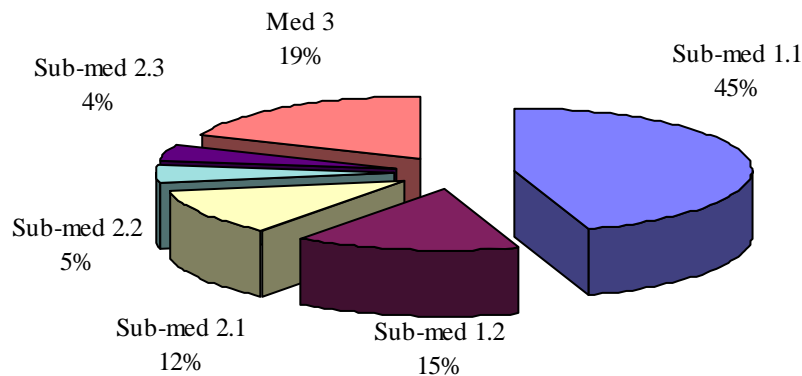
PIC LEADER+. Esta diferença é mais significativa na Comparticipação Pública Nacional utilizada pois apresenta um acréscimo de 14% em relação à comparticipação aprovada, resultado do sobre-investimento da Administração Local e Regional nas infraestruturas colectivas (+21%). A comparticipação privada dos projectos encerrados também ficou além do aprovado em cerca de 7%, evidenciando o impacto do Programa na dinamização do investimento privado em meio rural.

### 3.2.2 Vector 2

No ano de 2006 o investimento aprovado no Vector 2 registou um crescimento de 23% registando-se até 31 de Dezembro de 2006 um total de 595 projectos aprovados e um investimento total aprovado de 14.073.841€ e a uma despesa executada de 7.113.634€ o que corresponde a taxas de aprovação e de execução de 77% e 51%, respectivamente.

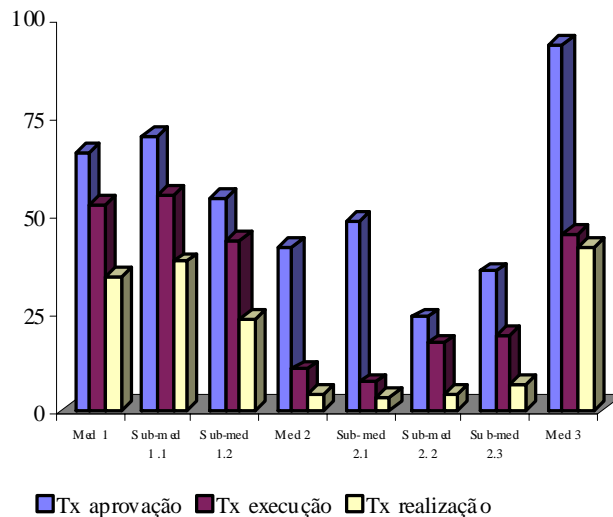


**Gráfico 38: LVT – Projectos aprovados por medida e sub-medida - nºprojecto(%)**



**Gráfico 39: Investimento aprovado por medida e sub-medida – (%)**

A distribuição percentual do nº de projectos aprovados e do correspondente investimento aprovado evidencia a dinâmica da cooperação interterritorial sendo que a Medida 1 concentra 75% dos projectos e 60% do investimento aprovado.



**Gráfico 40: Taxa de aprovação, execução e realização por medida e sub-medida – (%)**

As taxas de aprovação, execução e realização evidenciam a tendência nacional relativamente à preferência pela Cooperação Interterritorial com taxas elevadas na sub-medida 1.1 ( 81-58-47%). No entanto, em 2006, a Medida 2 regista o maior crescimento da realização financeira designadamente as sub-medida 2.1 e 2.3 apresentando taxas de realização de 16 e 30%.



Até 31 de Dezembro de 2006 regista-se a entrada de 46 pre-candidaturas e foram aprovados, pelo Gestor do PIC LEADER+, 35 projectos de Cooperação Transnacional cujas características são apresentadas no quadro seguinte:

	Data de aprovação	Elegível ao PIC LEADER+	Comp. FEOGA	Comp. MADRP
Cooperação Monte Palmas	28-04-2004	20.000,00	11.000,00	6.200,00
<b>Cardum</b>	10-05-2004	33.000,00	18.925,50	10.190,40
<b>Intercâmbio Luso</b>	13-10-2004	6.007,26	3.445,16	1.855,04
<b>Museu multimedial</b>	13-10-2004	30.000,00	17.205,00	9.264,00
<b>Bodas reais</b>	13-10-2004	12.909,60	7.403,66	3.986,48
	<b>TOTAL 2004</b>	<b>101.916,86</b>	<b>57.979,32</b>	<b>31.495,92</b>
<b>Eco-red museus vivos</b>	14-01-2005	100.647,57	57.721,39	31.079,97
<b>Rotas Marianas</b>	14-01-2005	27.690,00	15.880,22	8.550,67
<b>Raízes para o desenvolvimento</b>	01-04-2005	34.107,20	19.560,48	10.532,30
<b>Rio Minho: Fonte de Riqueza e Desenvolvimento</b>	01-04-2005	63.012,52	36.137,68	19.458,27
<b>Rede de espaços cinegéticos</b>	20-09-2005	30.400,00	17.434,40	9.387,52
<b>Rotas sem barreiras</b>	23-06-2005	73.484,17	42.143,17	22.691,91
<b>Cooperar em Português</b>	26-07-2005	213.580,58	122.486,94	65.955,19
<b>Uso múltiplo da floresta - micologia</b>	27-07-2005	39.699,04	22.750,02	12.249,08
<b>Caminhos de Santiago, Caminhos de União</b>	17-08-2005	30.000,00	17.205,01	9.264,00
<b>Aldeias de Tradição</b>	17-08-2005	177.009,03	101.514,60	54.660,42



	Data de aprovação	Elegível ao PIC LEADER+	Comp. FEOGA	Comp. MADRP
<b>Club Biored</b>	20-09-2005	308.620,42	176.993,80	95.301,98
<b>De Basto a Redange-Wiltz</b>	25-11-2005	34.430,01	19.745,61	10.631,98
<b>Museus Naturais</b>	12-12-2005	183.657,79	105.327,74	56.713,53
<b>Origenes</b>	12-12-2005	29.650,00	17.004,28	9.155,92
	<b>TOTAL 2005</b>	<b>1.345.988,33</b>	<b>771.905,34</b>	<b>415.632,74</b>
<b>O TER do Minho ao Brasil</b>	31-01-2006	90.000,00	51.615,00	27.792,00
<b>O TER em Angola</b>	31-01-2006	65.000,00	37.277,50	20.072,00
<b>Rotas sem barreiras - SEGUNDA DECISÃO</b>	31-01-2006	147.285,22	84.468,07	45.481,68
<b>Desenvolvimento do turismo ornitológico dentro dos espaços naturais protegidos</b>	08-02-2006	44.000,00	25.234,00	13.587,20
<b>Estreitar laços para a promoção do desenvolvimento local e cidadania</b>	31-03-2006	10.696,03	6.134,17	3.302,93
<b>Festival Europeu de jardins</b>	21-03-2006	50.000,00	28.675,00	15.440,00
<b>As Heranças do Vinho a Sul</b>	04-07-2006	80.965,00	46.433,42	25.001,99
<b>Bodas Reais 2006</b>	04-07-2006	54.000,00	30.969,00	6.355,80
<b>Escultura e paisagem no arco atlântico</b>	11-07-2006	76.000,00	43.586,00	23.468,80
<b>Eco-red museus vivos - SEGUNDA DECISÃO</b>	04-07-2006	286.747,56	164.449,73	88.547,65

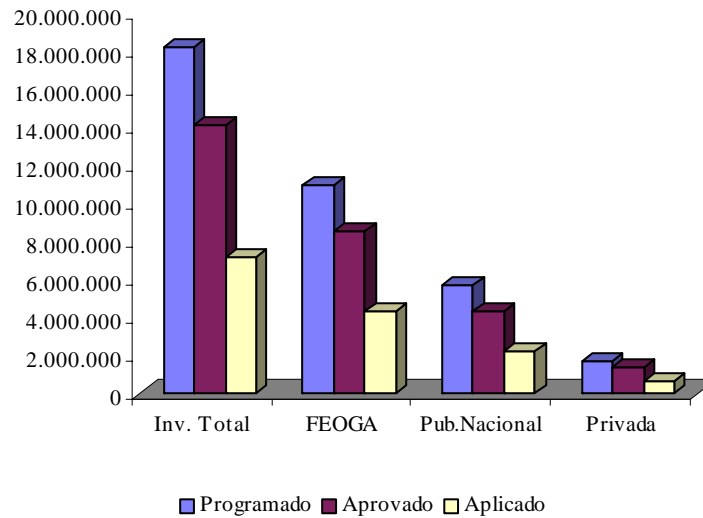


	Data de aprovação	Elegível ao PIC LEADER+	Comp. FEOGA	Comp. MADRP
Adequação turística e meio ambiental na chaneira do rio maças	27-09-2006	35.090,00	20.124,12	10.835,79
Tradiciones	23-11-2006	53.920,00	30.923,13	16.631,98
Festival Internacional da Raia	17-11-2006	7.000,00	4.014,50	2.161,60
Assistência a Feiras da Raia	23-11-2006	9.000,00	5.161,50	2.779,20
Rede de caminhantes do Sistema Central	05-12-2006	15.000,16	8.557,54	4.773,74
Integração socio-económica	21-12-2006	60.000,00	34.410,00	18.528,00
Cordão verde pelo Sudoeste da Península Ibérica	21-12-2006	94.945,58	54.451,29	29.319,19
InterWood	21-12-2006	15.000,00	8.602,50	4.632,00
	<b>TOTAL 2006</b>	<b>1.194.649,55</b>	<b>685.086,47</b>	<b>358.711,55</b>
<b>35 projectos aprovados</b>	<b>Total</b>	<b>2.468.423,00</b>	<b>1.415.106,57</b>	<b>752.068,33</b>

Os projectos de cooperação transnacional envolvem 140 parceiros provenientes de 14 países: 41 de Portugal, 64 de Espanha, 7 de Moçambique, 7 de Itália, 11 do Brasil, 3 de França, 1 de Angola, 1 da Áustria, 1 da Finlândia, 1 de Inglaterra, 1 da Irlanda, 1 da Holanda, 1 da Suíça e 1 do Luxemburgo.

A temática dos projectos de cooperação transnacional divide-se em dois grandes grupos a saber Turismo e promoção dos territórios e Património histórico-cultural e natural.

Da análise de repartição dos fundos aprovados por fontes de financiamento, pode-se constatar que as comparticipações FEOGA e MADRP têm um impacto decisivo na implementação deste vector, representando cerca de 90% do investimento.

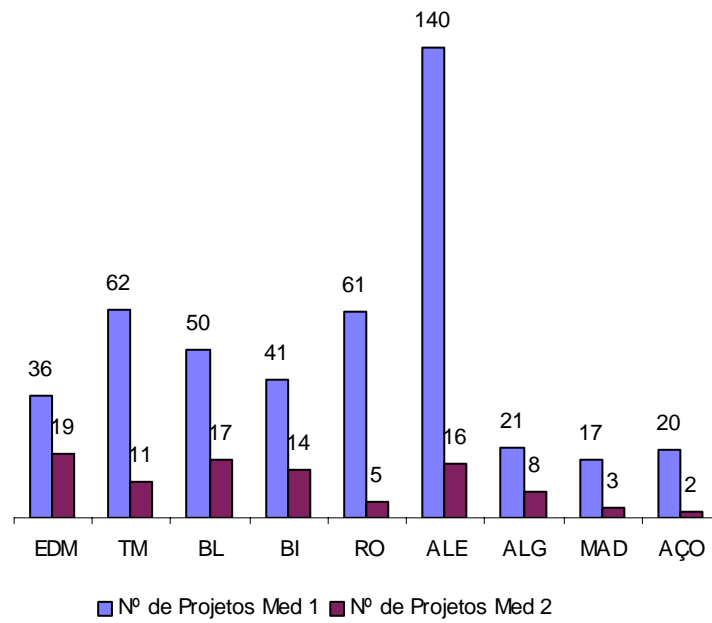


**Gráfico 41: Execução financeira Programado-aprovado-aplicado fontes de financiamento**

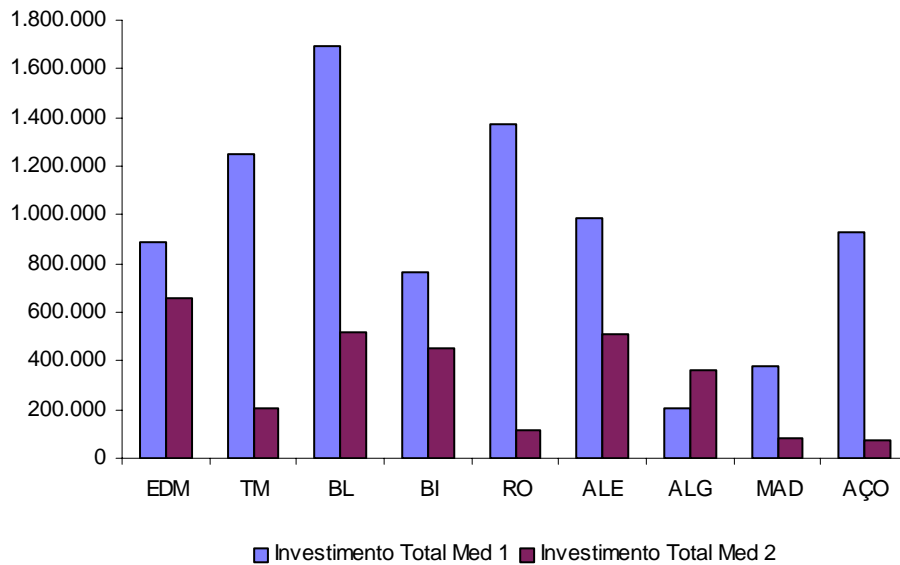
– (%)

Numa abordagem regional destaca-se o Alentejo com maior número de projectos aprovados (164) mas onde os projectos apresentam menor dimensão financeira (11.666€).

Em oposição encontra-se a região dos Açores cujos projectos apresentam maior dimensão financeira (46.310€) e a Beira Litoral com maior investimento aprovado (2.617.334€).

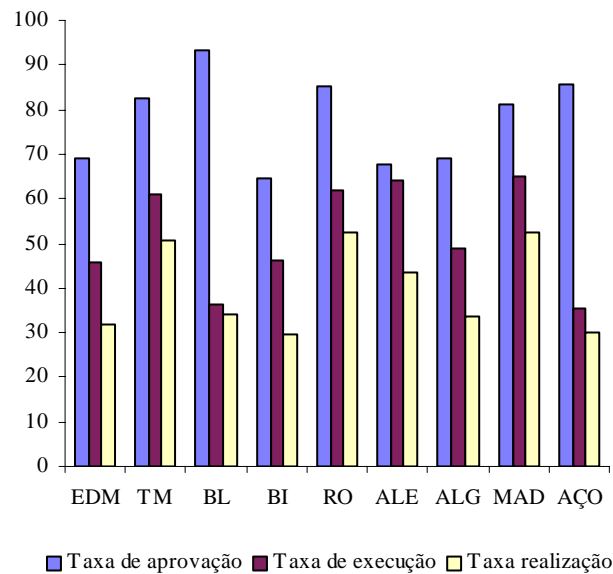


**Gráfico 42 : Projectos aprovados – nº por Região Agrária**



**Gráfico 43 : Projectos aprovados – investimento por Região Agrária**

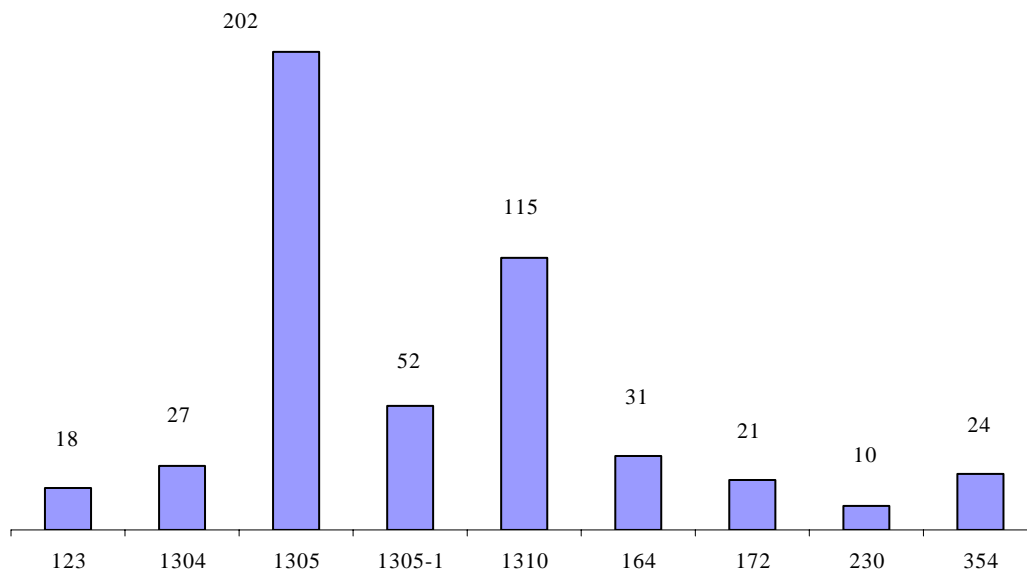
No que diz respeito às taxas de aprovação, execução e realização é de evidenciar a Beira Litoral com 93% de aprovação, a Madeira com 65% de execução e o Ribatejo com 52 % de realização.



**Gráfico 44: Taxa de aprovação, execução e realização (%)**

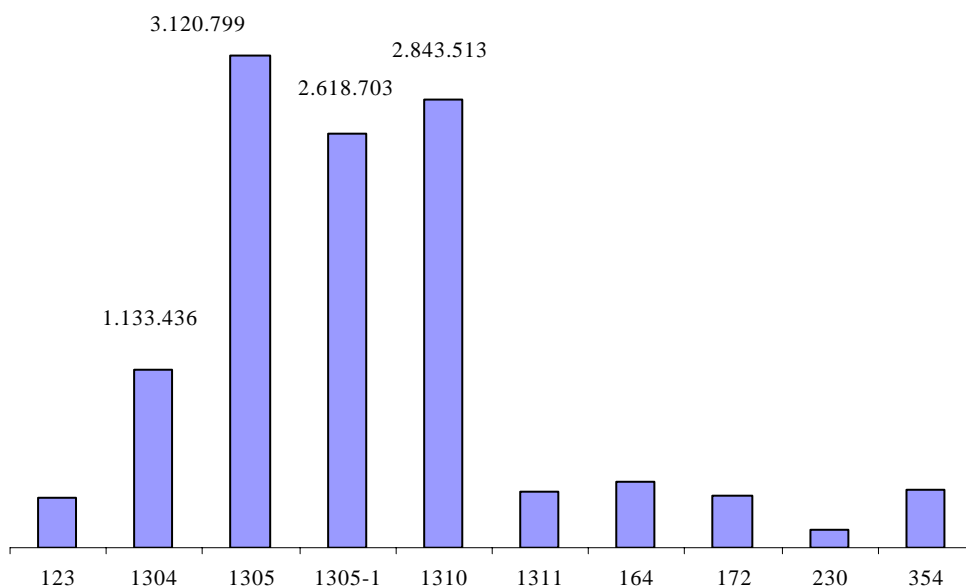
No entanto, registre-se também a preocupação com as Regiões que apresentam simultaneamente as taxas de aprovação, execução e realização abaixo das taxas nacionais designadamente Entre Douro e Minho, Beira Interior e Algarve.

A classificação de candidaturas aprovadas por domínio de intervenção revela uma forte representatividade, quer em investimento quer em número de projectos, do domínio 1305– Serviços de base para a economia rural ( 202 projectos e 3.120.799€) e o domínio 1310 - Fomento das actividades de Turismo (115 projectos e 2.843.513€).



**Gráfico 45 : Projectos aprovados por domínio de intervenção – nº de projectos**

Da análise do peso relativo dos domínios de intervenção relativamente ao investimento aprovado destacam-se igualmente os projectos enquadrados no domínio de intervenção 1305– Serviços de base para a economia rural, 1310- Fomento das actividades de Turismo e 1304- Comercialização de produtos agrícolas de qualidade.



**Gráfico 46 : Projectos aprovados por domínio de intervenção – investimento aprovado**

Em relação aos projectos concluídos no vector 2 foram apurados 152 projectos que perfazem um investimento de 1.280.653€. A Medida 1 contribui com 149 projectos concluídos e na Medida 2 estão concluídos os projectos designados por Intercâmbio Luso, Bodas Reais e Raízes para o desenvolvimento.

A análise da tipologia dos projectos concluídos relativamente aos domínios de intervenção revela a dominância do 1305 – Serviços de base para a economia rural e população que enquadra os projectos relacionados com a organização conjunta de eventos e participação comum em certames e exposições.

A classificação dos projectos evidencia que a cooperação entre territórios rurais incide nos domínios da promoção turística dos territórios e dos seus produtos locais de qualidade e ainda na conquista de segmentos de mercado mais valorizantes para os produtos turísticos, agroalimentares de qualidade e do artesanato.

Acrescenta-se ainda que os projectos imateriais consistem na organização de encontros da parceria, eventos de promoção e acções de informação e sensibilização. Os projectos materiais consistem na criação de espaços físicos de prestação de serviços inovadores ou comercialização de produtos turísticos ou agro-alimentares de qualidade e artesanato. Quanto aos produtos da cooperação identificam-se as brochuras, filmes, catálogos, cadernos de normas, material pedagógico e a prestação de serviços inovadores no âmbito das novas tecnologias, turismo e educação cívica.

Esta caracterização é reforçada pela informação disponibilizada pelas fichas de acompanhamento dos projectos de cooperação concluídos, que mostra que a maioria dos projectos se enquadra na sub-medida 1.1, demonstrando a preferência inicial dos GAL de cooperarem entre si, desenvolverem uma cultura de parceria na organização conjunta de eventos regionais ou de apresentarem uma representação regional dos territórios rurais em eventos temáticos de carácter nacional.

Nas temáticas escolhidas destacam-se claramente o Turismo e promoção dos territórios, Qualificação, Participação e cidadania e Produtos locais ( agro-alimentares, artesanais,...).

As iniciativas caracterizam-se pela imaterialidade quer relativa à organização e participação em eventos, quer pela realização de estudos estratégicos e de avaliação ou acções de formação e têm duração média de 6 meses.

O valor acrescentado da cooperação para os territórios rurais é associado pelos GAL à criação de parcerias entre GAL de uma Região e desenvolvimento de práticas de concertação na realização de acções comuns para promoção da imagem dos territórios rurais, dos serviços e produtos de qualidade e colocar em evidência as competências técnicas das ADL e o seu contributo para o desenvolvimento rural.

Os GAL referem ainda que as iniciativas em cooperação permitiram, numa fase de arranque do Programa LEADER+, promover a participação dos actores locais e apresentar a estratégia definida para o território em complementariedade ao PDL e numa fase posterior criar oportunidades de desenvolver projectos em parceria com entidades de âmbito regional e nacional bem como induzir momentos de reflexão e concertação de estratégias e intervenções.

### **3.2.3 Vector 3**

Não se enquadrando directamente neste ponto far-se-á uma descrição das principais acções desenvolvidas pela Rede durante o anos de 2006. Relativamente à execução financeira deste vector verifica-se que o investimento total assume o valor de 1.545.880€ Refira-se que o valor orçamentado para este vector é de 3.525.567 € pelo que a taxa de realização de 44%. Em relação ao investimento realizado em 2006, 57% é classificado no domínio de intervenção 415 – Assistência técnica e informação aos cidadãos.

#### **3.2.3.1 Actividades desenvolvidas pela Rede em 2006**

As actividades a desenvolver no âmbito da Rede Portuguesa LEADER+ estão consubstanciadas no Programa Nacional para esta Iniciativa Comunitária, no qual se define que as actividades de animação, qualificação, informação e assistência técnica são da responsabilidade do Organismo Intermediário, no caso a Direcção Geral de



Agricultura e Desenvolvimento Rural (durante o ano de 2006 o organismo foi o IDRHa – Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, entretanto extinto).

Nesta conformidade, a Rede LEADER+ tem como principais atribuições realizar acções múltiplas relativas a *boas práticas transferíveis*, *assistência técnica* aos Planos Locais de Desenvolvimento Local (PDL) e Planos de Cooperação (PC), *animação da rede*, organização de intercâmbios, experiências e saber fazer, *representação dos territórios rurais* ao nível europeu, em particular no “Observatório dos Territórios Rurais”, da Comissão Europeia, dinamização de um Fórum LEADER+ e ainda a operacionalização de dispositivos vários de monitorização, acompanhamento e avaliação estratégica das actividades desenvolvidas pelos GAL.

O Programa de Actividades para 2006 foi validado no **III Encontro Nacional da Rede Portuguesa LEADER+**, realizado em Lisboa no dia 20 de Fevereiro de 2006 e no qual participaram os GAL, as DRA, as entidades parceiras e ainda a Direcção do IDRHa e o Chefe de Projecto. As actividades previstas para a Rede Portuguesa LEADER+, no ano de 2006 foram aprovadas superiormente pelo Gestor do Programa sob a Inf. n.º 24 LEA, de 14.03.06 e respeitaram as disposições da Comissão Europeia e do Governo Português e tiveram em conta a metodologia e abordagem LEADER+.

A particularidade do momento - tempo de consolidação das intervenções dos GAL, dado que estavam a meio da sua execução material e financeira - exigia um forte apoio técnico especializado, que ajudasse a responder e clarificar questões relativas a temáticas precisas. Por esta razão o Programa de Actividades respondia às seguintes orientações estratégicas fundamentais:

- 1. Criação de um Conselho Consultivo**, para garantir a assistência técnica aos GAL em áreas relevantes para a sua intervenção, como sejam, o turismo em espaço rural, produtos locais, inovação, cooperação, avaliação e auto-avaliação;
- 2. Descentralização do trabalho da Rede**, através de um *processo de candidaturas* em que diversos GAL e entidades parceiras da Rede apresentavam propostas de projectos orientados para uma dada temática ou necessidade específica e cujo resultado

final fosse a realização de produtos e/ou eventos comuns para aprofundamento dos temas, bem como para divulgação/difusão de produtos e resultados LEADER+;

3. *Concepção, produção sistematizada e difusão de informação específica* relativa ao LEADER+ em Portugal, em especial “boas práticas”.

**Nesta base, o Programa de Actividades para o ano de 2006 foi estruturado em torno de três eixos estruturantes:**

**EIXO 1: LEADER+ promoção/divulgação**

**EIXO 2: LEADER+ assistência técnica/qualificação**

**EIXO 3: LEADER+ reflexão/acção**

**Estes eixos consubstanciavam uma estratégia de intervenção alicerçada nas principais atribuições e funções da Rede Portuguesa LEADER+, atrás referidas, com a finalidade de contribuir para a promoção dos territórios e do Programa LEADER+, a qualificação, conhecimento e aprofundamento da realidade dos territórios rurais, orientados para uma resposta adequada e eficaz, em torno das necessidades dos GAL, das entidades parceiras, dos diferentes actores locais e dos promotores dos projectos LEADER+.**

Assim, a operacionalização do *Conselho Consultivo* implicou o estabelecimento de contactos iniciais para selecção de peritos em diversas áreas que, para o efeito, foram contactados e aceitaram a possibilidade de trabalhar com a Rede de uma forma articulada e conjugada com as necessidades dos GAL. Este Conselho nunca chegou a ser formalizado durante o ano de 2006.

Do mesmo modo, a concretização da *Descentralização do Trabalho em Rede* implicou a elaboração e abertura de um convite aos GAL para apresentação de candidaturas e respectivo Caderno de Encargos, que teve uma resposta positiva dos GAL, DRA e entidades parceiras, originando a recepção de 16 candidaturas para o desenvolvimento de projectos de trabalho e que envolviam directamente 33 GAL, 5 Direcções Regionais de Agricultura (Trás-os Montes, Entre Douro e Minho, Beira Interior, Ribatejo-Oeste e Algarve) e 3 entidades parceiras (ProRegiões, Minha Terra e Animar) e, ainda, outras

organizações regionais e locais integradas nos projectos de trabalho. Para além destes aspectos, implicou também a realização de várias reuniões com os proponentes para consensualização e harmonização dos múltiplos projectos, assim como a elaboração de propostas de contratos que formalizassem estas intenções de trabalho. Imprevisivelmente, atendendo a que esta actividade tinha enquadramento no Programa de Actividades para 2006, tinha aprovação superior e envolveu, de uma forma alargada e dinâmica muitas estruturas, estas candidaturas não se concretizaram por condicionalismos financeiros.

Estes contratemplos exigiram que se reequacionasse o Programa de Actividades privilegiando apenas o desenvolvimento de acções que representassem o menor esforço financeiro possível.

Face a esses condicionalismos administrativos e financeiros, foi possível desenvolver as seguintes actividades nos diferentes eixos de trabalho:

### **Eixo 1 – LEADER+ Informação/Reflexão/Comunicação**

No âmbito da informação e comunicação a Rede Portuguesa LEADER+ promoveu a divulgação de informação sistematizada sobre os GAL, seus projectos e actividades e sobre o Programa LEADER+ nacional e Europeu, através da edição de material diverso, como sejam, a actualização do site ([www.leader@leader.pt](http://www.leader@leader.pt)), a publicação do *Jornal Pessoas e Lugares* e a divulgação de uma *Folha Informativa* mensal.

**Site** – No âmbito da informação e comunicação foi assegurada regularmente, a divulgação de informações pertinentes para a dinamização da Rede e divulgação das actividades desenvolvidas no âmbito do Programa.

**Jornal Pessoas e Lugares** – a reflexão sobre diversos temas de interesse para o desenvolvimento dos territórios rurais e a sistematização e divulgação de informação regular, sobre os território rurais e as actividades dos GAL foi também assegurada, através da edição de 6 números do Jornal da Rede Portuguesa LEADER+, na base dos seguintes temas:

JPL nº 36 – Energias renováveis

JPL nº 37 – Saberes e Competências para o desenvolvimento Rural

JPL nº 38 - PATRIMÓNIO ESPELEOLÓGICO, MINEIRO E GEOLÓGICO



JPL nº 39 – DESERTIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

JPL nº 40 - REDES DE ESCOAMENTOS DE PRODUTOS

JPL nº 41 – LIGAÇÕES RURAL-URBANO

Na perspectiva de divulgar localmente o Jornal Pessoas e Lugares foi realizada *1 sessão de divulgação* do JPL sobre “Energias Renováveis e Eficiência Energética”, no dia 7 de Julho, nas Caldas da Rainha, evento organizado em colaboração com a LEADEROESTE e que proporcionou um encontro de reflexão sobre este tema entre responsáveis de instituições, decisores locais e outros actores responsáveis pelo desenvolvimento dos territórios rurais.

**Folha Informativa da Rede Portuguesa LEADER+ em\_rede** - Iniciou-se a edição mensal de uma folha informativa da Rede, veículo de informação regular com os GAL e que disponibilizou informação sobre as actividades desenvolvidas e a desenvolver no âmbito do PIC LEADER+ a nível nacional, na Europa e nos territórios LEADER. Foram editados 12 números, com distribuição electrónica aos GAL, DRA e entidades parceiras e divulgação no site da Rede.

**Cadernos Temáticos Jornal Pessoas e Lugares** - tendo em vista o aprofundamento de temáticas necessárias ao trabalho dos GAL foi editado um caderno temático sobre “Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural” e finalizou-se a elaboração de um segundo sobre “Energias Renováveis e Desenvolvimento Rural”.

**Repertório LEADER+ em Portugal** – com o objectivo de contribuir para uma maior visibilidade dos resultados da intervenção desenvolvida pelos GAL iniciou-se um trabalho de análise e sistematização de informações diversas, tendo sido recolhida e tratada informação sobre: os GAL, os territórios LEADER+, os Planos de Desenvolvimento Local, os Planos de Cooperação, os projectos territoriais (cerca de 6.000) e de cooperação aprovados até final de Setembro de 2006 e exemplos de projectos considerados inovadores ou emblemáticos das estratégias de intervenção adoptadas por cada GAL. O resultado desta actividade será editado num “Repertório LEADER+” em formato papel e digital e no site da Rede Portuguesa LEADER+ .

### **Participação em feiras e eventos**

FEIRA OVIBEJA 2006 - A **REDE PORTUGUESA LEADER+** PARTICIPOU DE **29 DE ABRIL A 7 DE MAIO NA 23ª EDIÇÃO DA OVIBEJA, ATRAVÉS DA DINAMIZAÇÃO DE UM STAND INSTITUCIONAL ONDE FORAM DESENVOLVIDAS ACTIVIDADES DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS PROJECTOS E DOS RESULTADOS DA INTERVENÇÃO DO PROGRAMA LEADER+ A NÍVEL NACIONAL E NOS TERRITÓRIOS LEADER+ E DA REALIZAÇÃO DE UM COLÓQUIO SOBRE “INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL”, EM QUE ESTIVERAM PRESENTES CERCA DE 120 PARTICIPANTES. ESTA ACTIVIDADE DA REDE FOI ORGANIZADA EM PARCERIA COM OS GAL DA REGIÃO DO ALENTEJO.**

**"Desertificação e Desenvolvimento Rural" - Combater a desertificação a partir do Parlamento**" - No âmbito das actividades desenvolvidas durante o Ano Internacional dos Desertos e Desertificação e com o objectivo de sensibilizar os decisores políticos, a comunicação social e o público para os graves problemas decorrentes da desertificação nas zonas rurais e ainda para dar visibilidade às dinâmicas e processos de luta contra a desertificação, a Rede, em parceria com a Federação Minha Terra, a Comissão Nacional de Coordenação do Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) e um conjunto de outras entidades, promoveu de 31 de Maio a 22 de Junho, no espaço da Assembleia da República, no Palácio de S. Bento, um Programa de Actividades sobre o tema "Desertificação e Desenvolvimento Rural - Combater a desertificação a partir do Parlamento". No âmbito deste programa foi dinamizada uma exposição, editada uma brochura sobre a “desertificação e desenvolvimento rural”, realizados um Colóquio e um Seminário e um conjunto de outras actividades sobre este tema. Respondendo a pedidos de diversas entidades, a Exposição esteve presente em eventos realizados no Alentejo, Beira Interior, Trás-os-Montes e Algarve.

*Desertificação e Desenvolvimento Rural* - No âmbito do *Ano Internacional dos Desertos e da Desertificação* (2006) e da *Convenção de Combate à Desertificação*, o IDRHa e a Rede Portuguesa LEADER+ organizaram uma sessão alusiva ao tema, no Auditório do IDRHa, no dia 6 Julho, das 10,30 às 12 horas e no qual participaram o Gestor do Programa LEADER+ e Presidente do IDRHa, Eng.º José Canha, , a *Comissão*

*Nacional do Programa de Acção Nacional De Combate à Desertificação*, Eng<sup>a</sup> Ana Almeida, o Pintor José Machado, artista participante na Exposição de Arte “*A enigmática mensagem da Natureza*”. Esta sessão teve ainda uma exposição, no átrio do IDRHA, alusiva ao tema Desertificação e Desenvolvimento Rural – Combater a Desertificação a partir do Parlamento.

No âmbito deste eixo foi ainda assegurado o **sistema de informação e comunicação** regular com os GAL, as DRA e o Ponto de Contacto e outras Redes LEADER+ da Europa, a fim de desenvolver contactos e dinamizar o trabalho em rede.

### **Eixo 2 – LEADER+ Assistência Técnica e Qualificação**

No âmbito deste eixo realizaram-se as seguintes actividades:

**Seminário Nacional “Como Disseminar a Abordagem LEADER”** – organizado pela Rede Portuguesa LEADER+, em colaboração com a ADREPES - Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal, realizou-se nos dias 30 e 31 de Março de 2006, em Setúbal, e respondeu aos objectivos de promover um debate e reflexão alargada e aprofundada sobre a abordagem LEADER, com base nos contributos dos GAL, diversas entidades nacionais com responsabilidade no desenvolvimento rural, de Redes LEADER+ da Europa, nomeadamente Finlândia, Irlanda, Espanha e Holanda, da Comissão Europeia, do Ponto de Contacto, bem como dos contributos resultantes da avaliação do PIC LEADER+ em Portugal. O Seminário contou com cerca de 150 participantes. Este seminário marcou de forma substantiva a discussão sobre o eixo 4 – Abordagem LEADER, do Programa de Desenvolvimento Rural, dado que ocorreu em tempo de concepção do PDR.

**Edição de Brochura “Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural”** - Esta publicação teve por base as comunicações apresentadas no Seminário “Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural”, realizado a 16 de Dezembro de 2004 na Covilhã, com o apoio da RUDE, no âmbito do Programa de Actividades da Rede Portuguesa LEADER+ e em colaboração com a Federação Minha Terra.

**Conferência sobre “Empreendedorismo no LEADER+: a experiência das ADL do Ribatejo Oeste”**, dia 18 de Janeiro de 2006, no Instituto Politécnico de Santarém, organizada pela Escola Superior de Gestão de Santarém, com o apoio da Rede Portuguesa LEADER+ e de três GAL LEADER+ com intervenção nesta Região: APRODER, Charneca e Tagus.

### **Reunião sobre Cooperação Portugal e Espanha, 24 de Maio em Madrid**

A Rede Portuguesa LEADER+ participou no Encontro “COMPROMETER PROJECTOS DE COOPERAÇÃO”, a convite da entidade organizadora deste encontro, a Célula de Promoção e Animação do Desenvolvimento Rural de Espanha, com o objectivo de reflectir, avaliar a cooperação e consolidar projectos de cooperação no âmbito do programa LEADER+ em Espanha e Portugal. A participação da Rede Portuguesa LEADER+ neste encontro constituiu um importante contributo para o reforço da cooperação transnacional entre Portugal e Espanha e dela resultaram o estabelecimento de alguns contactos entre os GAL com vista a iniciar projectos de cooperação ou a consolidar alguns dos já iniciados.

### **EIXO 3: LEADER+ Reflexão/Ação**

#### **Reunião da Rede, GAL e perito Paul Soto para Sistematização das Avaliações LEADER**

Por solicitação da Comissão Europeia, o especialista Paul Soto, responsável pela sistematização das avaliações intermédias do LEADER+ realizadas em Espanha, Reino

Unido e Portugal, solicitou-nos o apoio na organização de uma reunião alargada a algumas entidades LEADER+, com vista à realização de uma entrevista colectiva. Assim, foi organizada uma reunião no dia 8 de Maio nas instalações do IDRHa, a fim de este especialista fazer uma entrevista colectiva a diferentes representantes do LEADER+, nomeadamente autoridade de gestão, GAL, Federação Minha Terra, CIDEDEC (entidade avaliadora) e municípios.

#### ***Projecto RECIPROCO***

**O PROJECTO RECIPROCO – RELAÇÕES DE CIDADANIA ENTRE PRODUTORES E CONSUMIDORES DESENVOLVIDO EM PARCERIA COM A INDE, ADREPES, A TAIPA E**



**A PROREGIÕES, FOI APROVADO A 8 DE MARÇO DE 2005, POR DESPACHO FAVORÁVEL DO GESTOR DO LEADER, EXARADO SOBRE A INFORMAÇÃO N.º 11/LEA+ DE 31/01/2005.**

**EM 2006, FOI CONCLUÍDA A 2ª FASE DESTE PROJECTO QUE PREVIA A CONSTITUIÇÃO DE GRUPOS RECÍPROCO PROMOVIDOS PELOS GAL. FORAM REALIZADAS 3 REUNIÕES QUE ENVOLVERAM OS SEGUINTE GAL: ADDLAP, ADREPES, CORANE, ADERSOUSA, APRODER, ESDIME, MONTE E ROTA DO GUADIANA, PARA ALÉM DE TÉCNICOS DA REDE PORTUGUESA LEADER+. ESTA REUNIÃO TEVE COMO FINALIDADE A AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE TRABALHO, A PREPARAÇÃO DO GUIA METODOLÓGICO RECÍPROCO E A IDENTIFICAÇÃO DE PERSPECTIVAS DE TRABALHO FUTURO, DE CONSOLIDAÇÃO DESTE PROCESSO, NOMEADAMENTE A REALIZAÇÃO DE UM GUIÃO RECÍPROCO, DE UM ENCONTRO ENTRE PRODUTORES E CONSUMIDORES E DE UMA VISITA DE ESTUDO ONDE ESTE PROCESSO ESTIVESSE BEM IMPLEMENTADO.**

### **PROJECTO EQUAL/IDEIAS**

A aprovação da candidatura IDEIAS, no quadro do Programa EQUAL, na qual a INDE é a entidade coordenadora e o IDRHa é uma das entidades parceiras, contemplou a realização de actividades várias, nas freguesias do Poceirão e Marateca, concelho de Palmela, relacionadas com o estudo da empregabilidade na agricultura, sobretudo em zonas agrícolas sujeitas à pressão urbana, que têm vindo a ser desenvolvidas conforme assinatura do acordo de parceria entre o IDRHa e a INDE e o plano de trabalho aprovado. Nesta conformidade, foram concebidas e realizadas reuniões várias, quer com

as entidades parceiras, quer com grupos de agricultores e população em geral, em formato de fórum ou reuniões alargadas, entre outras, com vista a assegurar a concretização dos objectivos de trabalho do IDRHa, em articulação com as restantes entidades parceiras, nomeadamente a INDE, a Câmara Municipal de Palmela e a Agrobio.

No âmbito deste Projecto foi celebrado um Protocolo com a Universidade Nova de Lisboa, no qual se previa a colaboração e- GEO Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional da Universidade Nova, com a finalidade de acompanhar as



operações de investigação social sobre empregabilidade nas áreas de transição rural-urbano.

### **Participação nas actividades desenvolvidas no âmbito do Observatório Europeu e do Ponto de Contacto e Reunião das Redes Nacionais LEADER+**

A Rede Portuguesa LEADER+ participou na reunião realizada no dia 23 de Janeiro, promovida pelo Ponto de Contacto com vista a debater assuntos comuns às redes e programar actividades conjuntas. No âmbito do **Grupo de Aconselhamento Estratégico** e na continuação do trabalho iniciado no ano anterior, a coordenadora da Rede Portuguesa participou numa reunião do Grupo de Aconselhamento Estratégico, constituído no âmbito da Comissão Europeia e do Observatório Europeu das Áreas Rurais. Esta participação não teve continuidade dado que o contrato entre o IDRHa e a entidade responsável pelo Ponto de Contacto não foi assinado.

### **Base de Dados Europeia de “Boas Práticas LEADER+”**

A Rede colaborou com o Observatório LEADER+ na constituição desta Base de Dados, dando contributos para a definição de uma “Boa Prática LEADER+” e para a recolha e selecção de 8 exemplos de Projectos LEADER+ de Portugal incluídos nesta Base de Dados.

A Rede desenvolveu também um trabalho regular de sistematização e organização da informação para colaborar em diversos trabalhos solicitados pelo Ponto de Contacto relacionados com a cooperação transnacional, boas práticas, questionários e temáticas diversas. Para serem divulgados em duas revistas *LEADER+ Magazine* foram seleccionados projectos LEADER+ de Portugal considerados exemplares.

### **Seminário Europeu LEADER+ sobre "Valorização dos Produtos Locais - Inovação e acesso a novos mercados"**

A participação da delegação portuguesa neste Seminário, organizado pelo Observatório LEADER+, que decorreu entre 14-18 de Fevereiro de 2006, em Grosseto, Toscana, Itália, foi preparada através da realização de uma reunião da Rede com os coordenadores dos GAL participantes e no qual se consensualizou uma proposta a

apresentar no Seminário com o objectivo de promover e valorizar os produtos de qualidade. No Seminário foi ainda apresentado o projecto RECIPROCO.

### **Acompanhamento e tutoria de estágio profissional no âmbito do POAP**

No âmbito desta actividade, a rede prestou apoio técnico e acções de tutoria à estagiária do POAP tendo em vista a elaboração, acompanhamento e avaliação do plano de estágio, que incidiu, em particular, na sistematização de informações relativas aos GAL, projectos de cooperação e elaboração do Repertório.

### **Reuniões de preparação do próximo Plano de Desenvolvimento Rural**

A Rede, sempre que convidada, participou nas reuniões de preparação do PDR 2007-2013 e elaborou propostas referentes à Rede Rural.

Em jeito de remate, importa referir que, apesar das grandes dificuldades de execução de um programa previamente estabelecido, acordado e aprovado entre muitos intervenientes, a estrutura técnica da Rede Portuguesa LEADER+, constituída por apenas 3 técnicas superiores, tentou ultrapassar estes condicionalismos através da sistematização de informações pertinentes, cuja utilidade pode ser útil a uma maior visibilidade do Programa e dos seus resultados. Pena foi que as respostas dos GAL, consubstanciadas em parcerias com um número significativo de organizações locais, com uma dinâmica organizativa local e denotando criatividade, inovação e adequação às actuais exigências de desenvolvimento dos territórios rurais, não tivessem sido concretizadas, uma vez que os seus resultados seriam, certamente, um valor acrescentado para este programa, para o trabalho em rede e para o desenvolvimento dos territórios rurais.

#### **3.2.4 Vector 4**

No que diz respeito ao Vector 4, em que o beneficiário final também é o IDRHa foram aplicados, no ano de 2006, 311.181€ comparticipados a 75% pelo FEOGA. O investimento acumulado perfaz o montante de 2.000.892€, que equivale a 35% de realização.



No âmbito deste vector destacam-se as actividades desenvolvidas pela Autoridade de Gestão .....

A Comissão Nacional de Acompanhamento do LEADER +, no âmbito das suas funções de acompanhamento do programa, reuniu em Viseu a 3 de Maio de 2006.

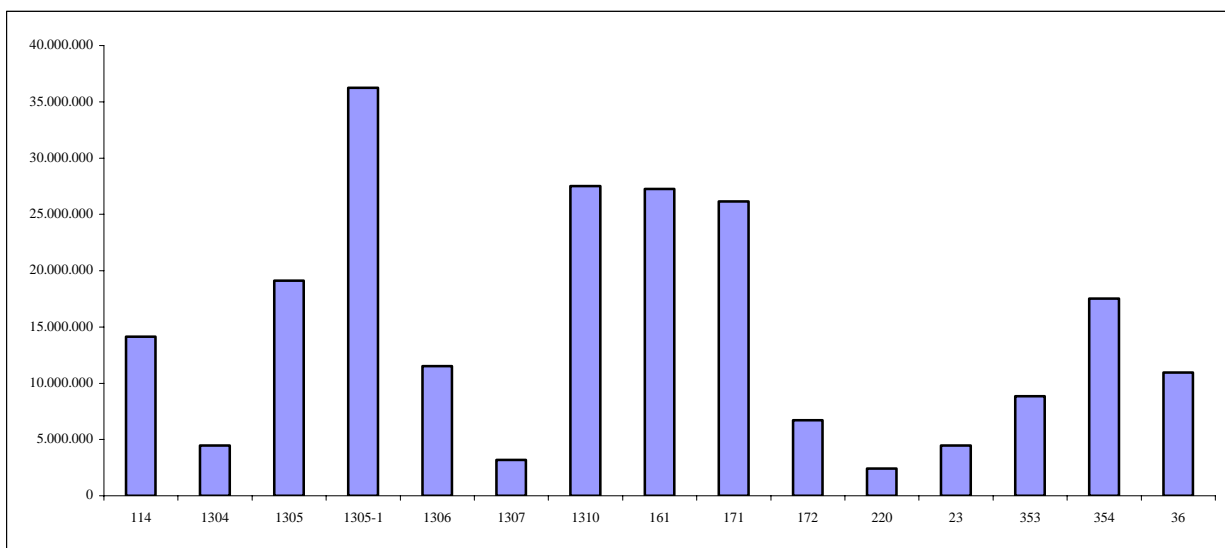
A Unidade de Gestão reuniu duas vezes durante o ano 2006: a 30 de Maio subordinada à análise dos critérios de atribuição da reserva de eficiência e a 20 de Setembro para efectuar o ponto de situação do processo de controlo de 1º nível e certificação de despesas e expor os pressupostos base para a reprogramação financeira do Programa.

### **3.3 Execução financeira por DI**

Na caracterização dos projectos quanto ao Domínio de Intervenção verificamos que existe alguma dispersão quanto ao número de projectos e investimento aprovado. Desta forma seleccionaram-se os conjuntos de domínios que reuniam mais de 100 projectos aprovados, assumindo estes como os domínios de intervenção mais representativos e efectuando sobre esses projectos uma análise mais aprofundada.

Os 14 Domínios de Intervenção mais representativos 114, 1304, 1305, 1305-1, 1306, 1307, 1310, 161, 171, 172, 22, 23, 353, 354, 36, somam 5174 projectos o que representa 87% do universo de projectos aprovados. O respectivo investimento aprovado perfaz 90% correspondendo a 220.547.610€

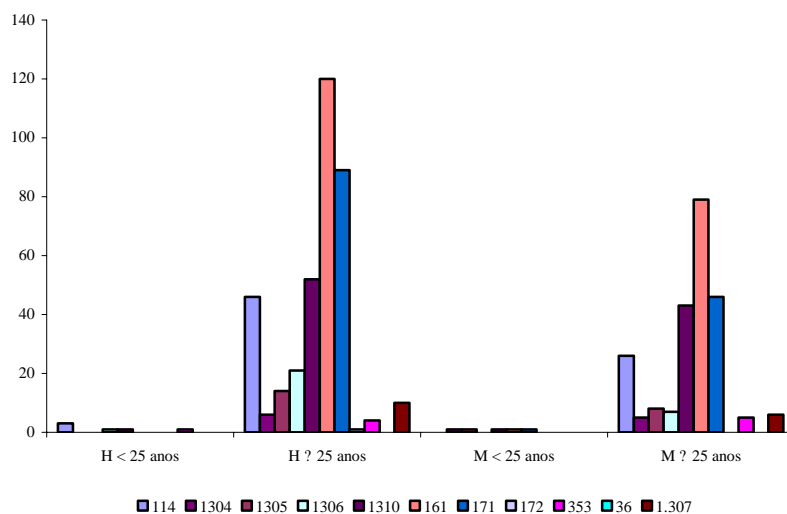
Destacam-se claramente os domínios 161 - Ajudas às PME e artesanato - Investimentos corpóreos, 171 Turismo - Investimentos corpóreos e 1310 - Fomento de actividades de turismo totalizando cerca de um terço do investimento aprovado, e indicando o turismo como um sector económico onde o LEADER tem um significativo impacto.



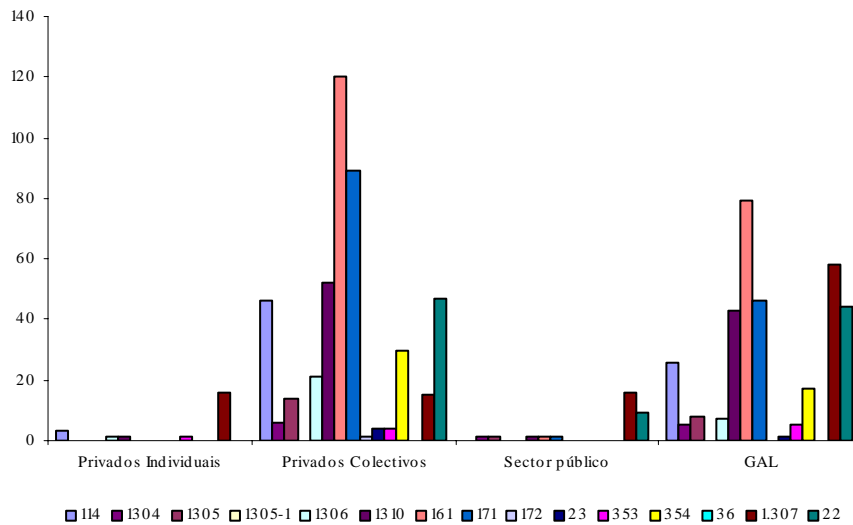
**Gráfico 47 : Projectos aprovados por domínio de intervenção – investimento (€)**

O cruzamento da informação relativa aos Domínios de Intervenção e tipo de promotor é evidenciado nos gráficos seguintes e por questões metodológicas são apresentados separadamente por grupos tipo de promotores.

Nos privados individuais evidenciam-se por ordem decrescente os domínios 161 Ajudas às PME e artesanato - Investimentos corpóreos, 171 Turismo - Investimentos corpóreos, 1310 - Fomento de actividades de turismo e 114 Melhoramento da transformação e comercialização de produtos agrícolas.



**Gráfico 48: Domínio de intervenção – nº de projectos por género e classe etária**



**Gráfico 49: Domínio de intervenção – nº de projectos por tipo de promotor**

Os projectos desenvolvidos pelos Privados Colectivos concentram-se nos domínios 01305 Serviços de base para a economia rural e população, 161 Ajudas às PME e artesanato - Investimentos corpóreos e 354 – Manutenção e restauração das heranças culturais.

No Sector Público observa-se uma concentração de projectos nos domínios 354 – Manutenção e restauração das heranças culturais, 353 – Protecção, requalificação e renovação do ambiente natural e 1306 – Renovação e desenvolvimento de aldeias e do património rural.

Nos GAL, excluindo o domínio referente à assistência técnica, 1305-1, verifica-se uma maior representatividade dos domínios 1305- Serviços de base para a economia rural e população, 1310 Fomento de actividades de turismo e 354 – Manutenção e restauração das heranças culturais.

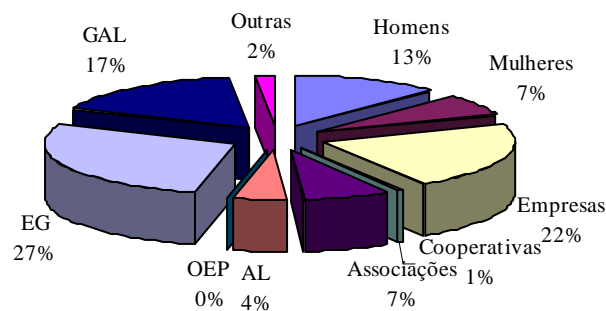
### 3.4 Execução financeira em LVT

Dando cumprimento à determinação da alínea c), do nº 2, do atrº 37, Regulamento (CE) 1260/1999, importa referir que Portugal tem umas das suas regiões a beneficiar de apoio transitório – Lisboa e Vale do Tejo, que relativamente ao PIC LEADER+ coincide com

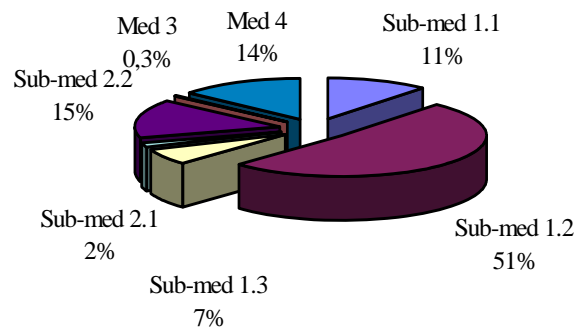
as zonas de intervenção dos GAL da Região Agrária do Ribatejo e Oeste, ADIRN, ADREPES, APRODER, CHARNECA RIBATEJANA, LEADER OESTE e TAGUS.

Os 684 projectos aprovados na Região Agrária do Ribatejo e Oeste significam cerca de 11% do universo dos projectos aprovados no PIC LEADER + e em termos de investimento aprovado esta região contribui em cerca de 13% para o investimento aprovado no todo nacional.

A análise da execução do PIC LEADER+ quanto ao tipo de promotor mostra uma concentração bi-polarizada com 46% de projectos aprovados e 45% do Investimento Aprovado no interior da parceria e ainda um forte impacto na dinamização do sector empresarial com 32% dos projectos aprovados e 41% do Investimento Aprovado no conjunto formado pelos empresários individuais e pelas empresas.



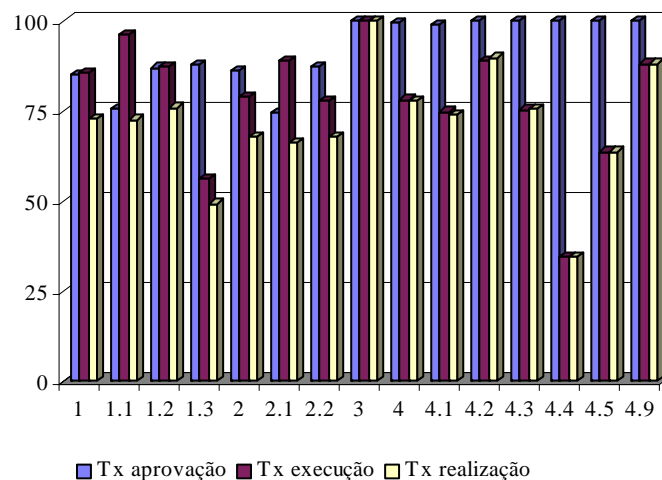
**Gráfico 50: LVT - Investimento aprovado por tipo de promotor (%)**



**Gráfico 51: LVT - Investimento aprovado por medida e sub-medida (%)**

A análise do investimento aprovado por medida e sub-medida permite ainda concluir que o PIC LEADER+, evidencia nesta região, uma forte dinamização do investimento privado ao nível das PME, numa clara afectação de recursos ao nível das actividades produtivas com mais de metade do investimento aprovado na sub-medida 1.2.

Os domínios mais representativos, exceptuando o 1305-1 relativo à assistência técnica, são os 171 – Turismo – Investimentos corpóreos, 1310 – Fomento de actividades de turismo.



**Gráfico 52: LVT – Taxa de Aprovação, Execução e Realização por medidas e sub-medidas**

A execução financeira nesta região encontra-se a decorrer a bom ritmo e apresenta indicadores acima da média nacional o que é evidenciado pelas taxa de aprovação de 87%, taxa de execução de 84% e uma taxa de realização de 73%.

A análise da execução financeira por Sub-medida demonstra que a sub-medida 1.3 Outras acções materiais, apresenta a melhor taxa de aprovação (88%), a sub-medida 1.1 Infraestruturas colectivas, revela a melhor taxa de execução (96%) e a sub-medida 1.2 Apoio às actividades produtivas a mais elevada taxa de realização (73%).

No que concerne o emprego, esta região contribui com 260 empregos novos e 158 preservados representando respectivamente 16% e 7% do todo nacional.

A sub-medida 1.2 Apoio a actividades produtivas gera 86% do emprego criado e relativamente à distribuição por categorias da situação na profissão a categoria com maior relevância é a do trabalho por conta de outrém. Na escolaridade o emprego aparece mais qualificado sendo a categoria dos 10-12 anos de escolaridade que assume maior importância e para a situação face ao emprego verifica-se que os desempregados de curta duração têm maior peso com 30% relativamente acompanhando a tendência nacional.

Ainda a respeito da criação de emprego, verifica-se que os projectos que mais contribuem em postos de trabalho são enquadrados nos domínios 161 – Ajudas às PME e artesanato – investimento corpóreo e 171– Turismo - Investimentos corpóreos e promovidos pelo sector empresarial.

A análise isolada dos projectos do sector agrícola revela um total de 106 projectos e um investimento de 3.833.155€ num contributo de 15% para o investimento nacional aprovado. Estes projectos agrícolas geram 47 postos de trabalho representando 22% do emprego total da região numa média de 2,5 postos de trabalho por projecto.

No Vector 2 a execução do PC materializa-se em 72 projectos aprovados correspondentes a 1.790.940€ de Investimento aprovado e 1.104.766€ de investimento realizado. Quanto à distribuição por sub-medidas esta acompanha a tendência nacional com 61 projectos aprovados na Medida 1. A Região apresenta bons indicadores de

execução financeira acima das taxas nacionais designadamente a taxa de realização de 52%.

No que diz respeito à Rede Natura identificaram-se 45 projectos que totalizam 1.688.555€ de investimento um contributo de 5% para os totais nacionais. Dos domínios de intervenção verifica-se que também em território de Rede Natura são os 1310 – Fomento de actividades de turismo e 171 – Turismo – investimento corpóreo que concentram 12 e 6 projectos respectivamente.

Quanto aos domínios mais relacionados com a temática ambiental encontramos os seguintes projectos, promotores e investimento aprovado:

1312 - Preservação do ambiente – 9 projectos com 196.332€- 5 Privados colectivos e 4 GAL – 3 dos quais localizados em Rede Natura

353 – Protecção, requalificação e renovação do ambiente natural - 9 projectos com 465.337€- 3 Público e 6 GAL – 2 dos quais localizados em Rede Natura

### **3.5 Necessidades financeiras face ao executado e ao programado**

Durante o ano de 2006, e conforme já foi referido no presente relatório verificaram-se constrangimentos orçamentais significativos. Relativamente à componente FEOGA, verificaram-se atrasos nos pagamento de forma significativa no primeiro pedido de pagamento. Estes atrasos foram sendo corrigidos, sendo que no ultimo pedido de pagamento de 2006 os prazos de análise e envio do pedido de reembolso à CE efectuou-se dentro dos prazos normais.

Relativamente à componente MADRP, verificou-se uma insuficiências no orçamento de 2006, tendo sido apenas efectuado o pagamento do primeiro pedido, Janeiro de 2006. Os restantes dois pedidos de pagamento serão saldados durante o ano de 2007. Contudo, o orçamento de 2007 é manifestamente insuficiente para fazer face às necessidades de 2006 e 2007, pelo que se prevêem atrasos significativos nos reembolsos da componente MADRP durante o ano de 2007.

## **4 DISPOSIÇÕES TOMADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO PARA ASSEGURAR A QUALIDADE E A EFICÁCIA DA EXECUÇÃO**

### **4.1 Acções de acompanhamento e de avaliação**

No âmbito do Reg. (CE) n.º 438/2001, de 2 de Março de 2001, que estabelece as regras de execução do regulamento Geral dos Fundos, no que respeita aos sistemas de gestão e de controlo das intervenções, estão definidas as competências das autoridades de gestão e de acompanhamento, bem como as tarefas a desempenhar por cada uma delas. Deste modo o art.º 4 define o acompanhamento, o art.º 9 a certificação de despesas e o art.º 10 o controlo de 1º nível.

O acompanhamento, da responsabilidade da Autoridade de Gestão, através da Estrutura de Apoio Técnico ao Gestor LEADER +, consiste nas seguintes tarefas:

- Assistência Técnica - carácter contínuo, telefónico ou presencial.
- Verificação dos procedimentos de gestão no que toca ao cumprimento da legislação comunitária, nacional e dos normativos internos do Programa, estipulados aos GAL - efectuado essencialmente nas visitas aos GAL.
- Controlo documental - a nível dos dossiês técnico e financeiro de cada projecto, com base nos Pedidos de Pagamento apresentados pelos GAL.
- Controlo de conformidade de projectos no terreno efectuado nas visitas aos GAL

Foram efectuadas acções de acompanhamento (verificação dos processos técnico e financeiro e respectiva realização) 15 GAL e 50 projectos (8 do Vector 2 e 42 do Vector 1) sendo que o investimento controlado ascende a 1.949.813€ Os projectos verificados enquadram-se na sua grande maioria na sub-medida 1.2 uma vez que o critério de selecção incidiu na criação de postos de trabalho e investimento aprovado.

## 4.2 Acções de controlo financeiro

O ano de 2006 trouxe algumas alterações no que diz respeito ao Controlo de 1º Nível. Em primeiro lugar, devido à publicação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/2006, de 15 de Maio, na qual é formalmente criada a “estrutura de apoio técnico ao controlo de 1.º nível”, com as seguintes competências:

- Assegurar a realização de acções de natureza concomitante e ou *a posteriori* das candidaturas e projectos nas suas componentes material, física, contabilística e técnica, ou seja, a verificação física e financeira quer nos locais de realização do investimento quer junto das entidades que detêm os originais dos processos técnicos e documentos de despesa;
- Articular-se com a entidade coordenadora do controlo de 2.º Nível em matéria de planeamento, execução do plano anual de controlos e elaboração do relatório anual de síntese e comunicação de irregularidades, nos termos da portaria n.º 648/2001, de 5 de Julho;
- Introduzir e manter actualizada a informação decorrente das acções de controlo no Sistema de Informação para a Gestão do Controlo dos Instrumentos e Fundos Estruturais e de Coesão (SIGIFE);
- Desenvolver as acções consideradas necessárias no âmbito do Sistema Nacional de Controlo (SNC) para a regularização das anomalias detectadas em sede de controlo, em particular no que respeita ao relacionamento com o beneficiário final tendo em consideração as eventuais correcções financeiras que se justifiquem – **Gestão de devedores**;
- Promover a actualização dos elementos referidos no artigo 5.º do Reg. (CE) n.º 438/2001, de 2 de Março, e garantir a sua transmissão à entidade coordenadora do controlo de 2º nível até 31 de Março de cada ano – **Pista de controlo**;
- Garantir que a autoridade de pagamento seja mantida informada dos procedimentos que a autoridade de gestão e os organismos intermédios (GAL), aplicam, por forma que a suficiência do sistema de controlo e da pista de controlo possam ser sempre tidas em conta tal como referido no n.º 3 do art.º 9º do Reg. (CE) n.º 438/2001, de 2 de Março;

- Realizar o controlo das operações a que se refere o art.º 10º do Reg. (CE) n.º 438/2001, de 2 de Março, bem como, se tal se revelar necessário, desenvolver os procedimentos necessários à aquisição de serviços externos da auditoria naquele âmbito, bem como ao acompanhamento destas acções;
- Desenvolver as demais tarefas decorrentes do exercício do controlo de 1º nível no âmbito do SNC.

Durante o ano a que se reporta este relatório, e tendo em conta as competências desta equipa, foi efectuado um trabalho conjunto com a empresa BDO Binder & Co., Auditoria, Impostos e Consultoria, Lda., responsável pelo plano de controlo de 2003.

Assim, e tendo em conta os relatórios preliminares, procedeu-se às audiências prévias junto dos GAL cujos relatórios de auditoria apresentavam anomalias com implicações financeiras, para efeitos de contraditório e elaboração dos relatórios definitivos.

Esse trabalho foi concluído, tendo a DGADR na sua posse os relatórios definitivos dos 66 projectos auditados, nos quais consta a necessidade de se proceder à recuperação de 665.562,79 € de Investimento Total.

A estrutura de controlo encontra-se, na fase final de elaboração do parecer final, tendo em conta as informações dos relatórios, os contraditórios dos GAL e dos promotores e a sua interpretação dos normativos em vigor. Posteriormente esse parecer será enviado ao Gestor para tomada de decisão e comunicação aos interessados das determinações produzidas.

Relembra-se que neste plano de controlo foram auditados projectos dos seguintes GAL: ADER-SOUSA, ATAHCA, PROBASTO, SOL DO AVE, ADRAT, DESTIQUE, AD ELO, ADD, ADIBER, DUECEIRA, ADRACES, PRÓ-RAIA, RUDE, ADIRN, CHARNECA, ADL, ESDIME, LEADER-SÔR, MONTE, IN LOCO, ACAPORAMA E GRATER.

Relativamente ao plano de controlo de 2004, auditorias a efectuar durante o ano de 2005, foi o mesmo adjudicado à empresa MAZARS & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Para esse plano de controlos foi seleccionada uma amostra de 23 GAL, com 4 projectos a auditar em cada um, o que perfaz um total de 92 projectos e uma despesa total realizada de 5.519.822 €

As auditorias deste plano de controlo já foram efectuadas no terreno, tendo a MAZARS elaborado os relatórios preliminares e enviado os mesmos à estrutura técnica do controlo de 1º nível. Neste momento o processo encontra-se em fase de audiência prévia aos GAL e promotores, para posterior emissão dos relatórios definitivos, não havendo ainda resultados sobre montantes a restituir.

Do plano de controlos de 2004 fazem parte os seguintes GAL:

ADRIL, ADRIMAG, ADRIMINHO, DOLMEN, BEIRA DOURO, CORANE, DOURO SUPERIOR, ADAE, ADICES, TERRAS DE SICÓ, ADERES, ADRUSE, PINHAL MAIOR, ADREPES, APRODER, LEADER OESTE, ADER-AL, ROTA DO GUADIANA, TERRAS DENTRO, TERRAS DO BAIXO GUADIANA, VICENTINA, ADELIAÇOR E ARDE.

Os planos de controlo de 2005 e 2006 estão também seleccionados e irão incidir sobre 92 projectos cada, novamente 4 por cada um dos 23 GAL.

O plano de controlos de 2005 abrangerá novamente projectos do Vector 1 e 2 e incidirá nos GAL ADRIL, ATAHCA, DOURO HISTÓRICO, AD ELO, ADDLAP, ADIBER, ADICES, DUECEIRA, ADRACES, PRÓ-RAIA, RAIÁ HISTÓRICA, ADIRN, CHARNECA, LEADER OESTE, TAGUS, ALENTEJO XXI, ESDIME, LEADER SÔR, MONTE, ACAPORAMA, ADRAMA, ASDEPR e GRATER. Em relação ao Vector 3 – Colocação em Rede – serão auditadas as seguintes rubricas: “02.02.25 110 - Outros Serviços”, ano 2003, “02.02.13 240 – Deslocações e Estadas”, ano de 2004 e “02.02.17 240 – Publicidade”, ano de 2004.. No Vector 4 – Assistência Técnica, serão auditadas 10 rubricas do ano de 2003, 10 rubricas de 2004 e cinco rubricas de 2005,

relacionadas com Vencimentos, aquisição de bens, comunicações, estudos e pareceres, seminários, outros trabalhos especializados, entre várias outras.

Para a definição da amostra do Plano de Controlos de 2006 foram consideradas as auditorias já efectuadas quer no âmbito do controlo do 1º nível, quer pela Autoridade de Pagamento no âmbito da certificação de despesas quer, ainda, pela IGF e IGA, tendo-se elaborado um mapa destas acções e quantificado o número de acções de controlo efectuadas a cada GAL.

Face aos números apurados, seleccionaram-se para a amostra de 2007 todos os GAL que foram objecto de 3 ou menos acções de controlo, mesmo que cerca de 30% dos GAL seleccionados façam já parte da amostra de 2005.

Obteve-se uma amostra de 20 GAL a seguir discriminados:

ADRMINHO, PROBASTO, BEIRA DOURO, CORANE, DOURO SUPERIOR, ADD, ADICES, TERRAS DE SICÓ, ADERES, ADRUSE, RUDE, ALENTEJO XXI, TERRAS DO BAIXO GUADIANA, VICENTINA, ACAPORAMA, ADRAMA, ADELIAÇOR, ARDE, ASDEPR e GRATER.

Ao contrário dos planos anteriores este contempla 4 projectos do Vector 1 de cada GAL, mais um projecto do Vector 2 em que se tentou que o GAL fosse Chefe de Fila.

Em relação ao Vector 3 e tendo em conta as auditorias já efectuadas ou a realizar no âmbito do controlo de 2005, restringiu-se o Universo aos anos 2004, 2005 e 2006 (despesas até 31/05/2006).

Neste Vector foram seleccionadas aleatoriamente 6 rubricas, 2 de 2004, 3 de 2005 e 1 de 2006.

Em relação ao Vector 4, foram excluídas as rubricas de 2001 a 2003, ficando o Universo com dois anos completos e mais 5 meses de 2006, peço que se decidiu seleccionar 8 rubricas de 2004, 12 de 2005 e 5 de 2006. Como o ano de 2005 era o que

apresentava uma despesa total mais elevada seleccionaram-se primeiro as rubricas deste ano, sendo 6 delas as que apresentavam maior volume de despesa e as restantes 6 seleccionadas aleatoriamente.

Os planos de controlo de 2005 e 2006 serão alvo de um único concurso público, a lançar no início de 2007.

#### **4.2.1 Acções de certificação de despesas**

O artigo 9.º do Regulamento n.º 438/2001, da Comissão, de 2 de Março de 2001, determina que a Autoridade de Pagamento proceda à certificação formal das despesas declaradas pelo Gestor de cada Intervenção comunitária no quadro dos fundos estruturais. Neste sentido, foi criada pelo despacho interno n.º 18/p/2006 a equipa de certificação de despesas do PIC LEADER+. Esta estrutura segregada está sediada na Direcção de Serviços de Gestão e Administração, entidade responsável pelos pagamentos a nível do OI.

Tendo em vista a operacionalização do trabalho, recorreu-se à aquisição de serviços de auditoria externa, nos termos do n.º 8 do art.º 42 do Decreto-Lei n.º 54-A/2000, de 7 de Abril, para a realização de auditorias técnico-financeiras no âmbito da certificação de despesas aos pedidos de pagamento dos projectos financiados ao abrigo do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+.

Assim, na sequência de um procedimento de aquisição de serviços, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, foi assinado um contrato, a 31 de Julho de 2006, com o consórcio Pedro Roque & Crisóstomo Real e Noras & Silvério, que realizou trabalho de campo para os 2º e 3º Pedidos de Pagamento 2006. A saber:

#### **2º PP 2006**

O segundo pedido sobre o qual recaiu a certificação de despesas foi o 2º Pedido de Pagamento de 2006, correspondente ao período entre 01/02/2006 e 31/05/2006.

Para o efeito, o consórcio Pedro Roque & Crisóstomo Real e Noras & Silvério efectuou o trabalho de campo, tendo por base a amostra definida pela Autoridade de Pagamento e



seleccionada a partir do universo das despesas a submeter ao 2º Pedido de Pagamento (PP) correspondente a um total de investimento de €13.471.114,58.

A amostra seleccionada incidiu sobre 10,5% do total do investimento realizado neste PP, atingindo o montante de €1.416.234,58 a que correspondem 30 projectos do Vector 1 no montante de €1.164.606,51 e 6 projectos do Vector 2 no valor de €251.627,42

Foram seleccionados os seguintes GAL:

1. ADER-SOUSA
2. ADRIL
3. ADRIMAG
4. ATAHCA
5. BEIRADOURO
6. DESTIQUE
7. DOLMEN
8. DOURO HISTÓRICO
9. DOURO SUPERIOR
10. PROBASTO
11. SOL-DO-AVE

Os relatórios de auditoria apresentados pelo consórcio Pedro Roque & Crisóstomo Real e Noras & Silvério detectaram situações passíveis de não elegibilidade no montante de €32.853,63, representando 2% da amostra. Após análise e exercício do direito de contraditório, sobre proposta da equipa de certificação foram submetidas à Comissão as despesas constantes no 2º Pedido de Pagamento no montante de €13.453.829,18.

### **3º PP 2006**

O terceiro momento de certificação diz respeito ao 3º PP 2006 que abrange o período entre 1/06/2006 e 30/09/2006 e ao qual corresponde um total de investimento realizado de €12.898.120,11, para os Vectores 1 e 2.

A amostra seleccionada atingiu cerca de 7,8% do universo, no montante de €1.004.450,48, a que correspondem 26 projectos no valor de €963.013,80 do Vector 1 e 4 projectos do Vector 2 no valor de €41.436,68. Foram abrangidos pela amostra os seguintes 6 GAL:



- ADRACES
- IN LOCO
- PRÓ-RAIA
- RUDE
- T.B.GUADIANA
- VICENTINA

Sobre esta amostra, os Relatórios de auditoria apresentados pelo consórcio Pedro Roque & Crisóstomo Real e Noras & Silvério detectaram situações passíveis de não elegibilidade no montante global de € 67.906,07, representando cerca de 7% da amostra.

Tendo em conta esta situação, após análise dos relatórios e exercício do direito de contraditório, a equipa técnica de certificação considerou não elegível a despesa no montante de € 818,98 e considerou despesa irregular condicionada o montante de € 64.941,91.

Foram submetidas à Comissão as despesas totais no montante de € 12.897.301,13 sujeitando-se a despesa irregular condicionada a análise pormenorizada e que o seu resultado seja integrado no próximo Pedido de Pagamento.

### **4.3 Utilização da assistência técnica**

De uma forma geral foram assim mantidas as principais actividades desenvolvidas ao abrigo da assistência técnica, nomeadamente acções de aconselhamento jurídico aos GAL, apoio no funcionamento do software de gestão, acções de acompanhamento aos GAL, uniformização das bases de dados dos vectores 1 e 2, verificação dos pedidos de pagamento, elaboração do relatório anual, participação em seminários, gestão da base de dados de devedores etc..

Importa contudo relevar as alterações que foram introduzidas no software de gestão e que residiram na criação de um novo sistema de informação designado e-leader. Este novo software, desenvolvido pela empresa que já tinha desenvolvido o winleader, funcionará em sistema de portal, permitindo, assim, a centralização das bases de dados num único servidor. Desta forma será agilizada a sua utilização por parte da Gestão e

dos GAL, e serão aumentados os níveis de fiabilidade, de eficiência e eficácia do sistema. Devido a limitações orçamentais não foi possível fazer a migração do sistema antigo para o novo, o que se prevê acontecer em 2007.

No que diz respeito ao vector 2 foi desenvolvido um guia de apoio à formatação e gestão de projectos de cooperação, o que se revelou de grande importância, permitindo uniformizar procedimentos. Ainda neste vector foram desenvolvidas acções de avaliação de projectos. Foram seleccionados numa primeira fase os projectos de maior dimensão. Da avaliação foi produzido um documento de reflexão, que foi inclusivamente enviado ao actual Gabinete de Planeamento e Políticas, com o intuito de apoiar este organismo na formatação da cooperação no futuro quadro financeiro.

#### **4.4 Medidas tomadas para assegurar a publicidade da intervenção**

Para além da verificação do cumprimento dos regulamentos comunitários em vigor relacionados com estas matérias (através de acções de controlo de 1º nível e de acompanhamento pela EAT), a publicitação do programa foi feito através, essencialmente através de acções relacionadas com o Vector 3. No âmbito deste Vector - **EIXO 1: LEADER+ promoção/divulgação**, foram concebidos diversos projectos no sentido de implementar acções dinâmicas de promoção do PIC LEADER+ a saber (já identificadas no ponto 3.2.3.1):

- **Jornal de Pessoas e Lugares (JPL)**
- **Site LEADER+**
- **Folha Informativa da Rede Portuguesa LEADER+ *em\_rede***
- **Cadernos temáticos do JPL**
- **Repertório LEADER+ em Portugal**
- **Participação em feiras e eventos**

#### **4.5 Comité de Direcção Leader +**

Ao longo do ano de 2006 realizaram-se duas reuniões do “Comité de Pilotage LEADER+”, em Bruxelas, ambas com a participação do Chefe de Projecto.

### **5 MEDIDAS TOMADAS PARA ASSEGURAR A COMPATIBILIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS E A COORDENAÇÃO DE CONJUNTO**

No que diz respeito à compatibilidade do programa com as políticas comunitárias referidas no artigo 12º do Regulamento 1260/99 (ambiente, política agrícola comum, etc), bem como a igualdade de oportunidades, é feito um aprofundamento no ponto 2.3.

Em relação aos mercados públicos foram emitidas orientações sobre a necessidade dos GAL fazerem cumprir as regras vigentes. De igual forma tem havido uma sensibilização dos GAL no sentido da verificação do cumprimento dos normativos comunitários e nacionais sobre matérias de ambiente e ordenamento. Estas temáticas foram desenvolvidas em acções promovidas pela Rede e apresentadas no ponto 3.2.3.1.

As reuniões da Unidade de Gestão constituem igualmente um momento de aproximação entre as diversas instituições de coordenação na aplicação dos instrumentos de política agrícola e de desenvolvimento rural, uma vez que os elementos que a constituem são as DRA, GPPAA e IDRHa. Acrescenta-se que o processo de aprovação dos projectos de cooperação transnacional envolve uma consulta à Unidade de Gestão para emissão de parecer sobre os projectos.

A promoção de troca de informação entre o Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar e o INTERREG permite efectuar o cruzamento de informação relativamente aos projectos co-financiados pelo PIC LEADER+.



## **ANEXO 1 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CCE/PORTUGAL**



## **ANEXO 2 – QUADROS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA NACIONAL**

### **Anexo 2.1 – Quadros acumulados de execução financeira – vector 1**



## **Anexo 2.2 – Quadros acumulados de execução financeira – vector 2**



## **Anexo 2.3 – Quadros anuais de execução financeira – vector 1**



## **Anexo 2.4 – Quadros anuais de execução financeira – vector 2**



### **ANEXO 3 – INDICADORES COMUNS DE ACOMPANHAMENTO**